



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**LUIS GUSTAVO SODRÉ SOUSA**

**LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE ESTUDOS SOBRE TREINAMENTOS DE  
PAIS:** contribuições da análise do comportamento para uma educação não coercitiva

São Luís  
2018

**LUIS GUSTAVO SODRÉ SOUSA**

**LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE ESTUDOS SOBRE TREINAMENTOS DE  
PAIS:** contribuições da análise do comportamento para uma educação não coercitiva

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da  
Universidade Federal do Maranhão para obtenção de grau de  
Psicólogo.

Orientadora: Ma. Viviane Pereira dos Santos.

São Luís

2018

LUIS GUSTAVO SODRÉ SOUSA

**LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE ESTUDOS SOBRE TREINAMENTOS DE  
PAIS: contribuições da análise do comportamento para uma educação não coercitiva**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da  
Universidade Federal do Maranhão para obtenção de grau de  
Psicólogo.

Orientadora: Ma. Viviane Pereira dos Santos.

Aprovada em 03/12/2018

BANCA EXAMINADORA



**Profa Ma. Viviane Pereira dos Santos (Orientadora)**

Mestre em Psicologia

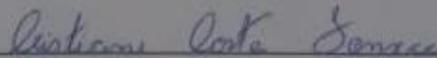
Universidade Federal do Maranhão



**Profa Dra. Catarina Malcher Teixeira (Examinadora)**

Doutora em Psicologia

Universidade Federal do Maranhão



**Prof Ma. Cristiane Costa Fonseca (Examinadora)**

Mestre em Ciências do Comportamento

Universidade Ceuma

*À minha mãe, Maria Carlota, meu maior exemplo  
de bondade e perseverança.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo cuidado diário e amor transbordante. Obrigado por nunca me abandonar, mesmo que o mundo diga o contrário, mesmo que por vezes eu não mereça.

À minha família querida, minha mãe Maria Carlota e irmãs Rafaela e Renata. Obrigado por acreditarem em mim e enfrentarem essa luta juntos, sei que toda preocupação vem de um cuidado e zelo sinceros e fico agradecido de tê-las ao meu lado.

Aos meus amigos e amigas do coração, muito obrigado. Aos meus irmãos escolhidos, Yuri Viegas, Rayane Campos e Adriana Nunes: com vocês estão meus melhores e piores momentos, obrigado. Aos meus amigos do ensino médio, para sempre inesquecíveis: João Gustavo, Steffi, Nayara, Rayssa, Rafaela, Thiago e Brenda. Aos meus maravilhosos e inteligentes companheiros de graduação, em especial Stephanie, Lizandra, Samiris, Adriano e Ruan: obrigado pela jornada e amizade. Aos meus amigos militantes da UNA-SUS também! Obrigado Isabelle, Paola, Karol, Ludmila, Priscila, Mizraim, João Victor, Cadidja, Thálya e Deysiane: a luta continua (e as demandas também)!

Ao meu incrível namorado, Leandro Vidal: em meio à tempestade você foi meu porto-seguro. Muito obrigado.

À minha orientadora, Viviane Santos, pela paciência, disposição e zelo. Obrigado por me ajudar a finalizar este trabalho.

Às minhas professoras e professores da graduação, por mostrarem as maravilhas de uma psicologia voltada para o ser humano e à sociedade. Transformamos o mundo quando transformamos a vida de uma única pessoa.

## RESUMO

Apesar da facilidade e naturalização do uso de coerção na disciplina familiar, esta prática pode gerar consequências prejudiciais ao desenvolvimento infantil à longo prazo. Assim, foram desenvolvidas alternativas mais eficazes e eficientes para disciplinar os filhos por meio de intervenções com os pais. Esta pesquisa teve como objetivo geral realizar um levantamento bibliográfico das publicações nacionais sobre Orientação e Treinamento de Pais com base na Análise do Comportamento. A coleta de dados foi realizada no período de janeiro à maio de 2018 por meio de duas fontes documentais: a) periódicos indexados nos portais Lilacs, Scielo e Google Acadêmico; e b) capítulos de livros da Coleção “Sobre Comportamento e Cognição”. Na busca do material para análise foram utilizados os seguintes descritores: (a) “problemas de comportamento” AND “orientação de pais”; (b) “problemas de comportamento” AND “treinamento de pais”; (c) “problemas de comportamento” AND “práticas educativas parentais”; (d) “problemas de comportamento” AND “estilos parentais”. Para seleção dos artigos utilizou-se como critérios de inclusão: publicações do período de janeiro de 2007 à dezembro de 2017, escritas na língua portuguesa e que apresentava um dos descritores no título. Para os capítulos do livros foram incluídos todas as publicações da coleção SCeC de 1997 à 2011 que apresentassem um dos descritores no título. Os resultados apontaram a seleção de 14 estudos para análise, sendo a maioria das publicações de autoria de Bolsoni-Silva et al (2008, 2012, 2017). Quanto aos instrumentos utilizados para avaliação dos repertórios e da eficácia dos Programas identificou-se: o Child Behavior Checklist – CBCL (5), o Inventário de Estilos Parentais – IEP (4), e Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais - RE-HSE-P (4). Todos os estudos apresentavam sessões organizadas em temas que abordavam: (1) princípios da Análise do Comportamento; (2) Práticas Educativas Parentais e (3) Habilidades Sociais, com o objetivo de ensinar os pais a discriminarem os seus comportamentos e dos filhos, permitindo-os agir sobre as relações familiares. Os Programas analisados indicam resultados favoráveis à aquisição de novos comportamentos e habilidades sociais dos participantes, porém com limitações devido o fato das desistências frequentes dos membros participantes. Para o debate da presente pesquisa as limitações encontradas se referem às duas pesquisas que não apresentaram grandes alterações entre os dados de pré-teste e pós-teste. Além disso a ausência de mais dados em várias das pesquisas selecionadas dificulta sua análise e futuras replicações e implementações, além da quantidade reduzida de publicações do tema por uma perspectiva comportamental. Assim, indica-se a necessidade de publicações mais detalhadas e focadas na implementação destas intervenções em outros contextos, assim como o papel da Análise do Comportamento no desenvolvimento de novos Programas de Treinamento de Habilidades para Pais.

**Palavras-chave:** Treinamento de pais. Análise do Comportamento. Problemas de Comportamento.

## ABSTRACT

Despite the easiness and normalization of the use of coercion in family discipline, this practice may generate harmful consequences to the development of the child in the long run. Thus, alternatives more effective and efficient have been developed to discipline children through interventions with the parents. This study aimed to carry out a bibliographic survey of the publications produced in Brazil about the Orientation and Training of Parents based on The Behavior Analysis. Data collection was done from January to May 2018 through two documentary sources: a) indexed journals located in the databases Lilacs, Scielo and Google Academic; and in b) book chapters from the series "Sobre Comportamento e Cognição" (SCeC - About Behavior and Cognition). In the search the following descriptors were used: (a) "problemas de comportamento" AND "orientação de pais"; (b) "problemas de comportamento" AND "treinamento parental"; (c) "problemas de comportamento" AND "práticas educativas parentais"; (d) "problemas de comportamento" AND "estilos parentais". In order to select the articles, the following inclusion criteria were used: publications from January 2007 to December 2017; written in portuguese; and should have one of the descriptors in the title. For the search in book's chapters were included all the publications of the series SCeC from 1997 to 2011 that presented one of the descriptors in the title. This search selected 14 studies for analysis, being the majority of the publications by Bolsoni-Silva et al (2008, 2012, 2017). The instruments more used to evaluate the repertoires of the parents and the effectiveness of the programs were: the Child Behavior Checklist (CBCL) (5), the Parenting Styles Inventory (IEP) (4), and the Parent- HSE-P (4). All the studies presented sessions organized in themes that approached: (1) principles of the Analysis of Behavior; (2) Parental Educational Practices and (3) Social Skills, with the purpose of teaching parents to discriminate their behavior and children, allowing them to act on family relationships. The Programs analyzed indicate favorable results for the acquisition of new behaviors and social skills of the participants, but with limitations due to the frequent withdrawal of the participating members. For the discussion of the present research, the limitations found refer to the two surveys that did not present major alterations between pre-test and post-test data. Moreover, the absence of more data in several of the selected research makes its analysis and future replications and implementations difficult, as well as the reduced number of publications of the theme from a behavioral perspective. Thus, there is a need for more detailed and focused publications on the implementation of these interventions in other contexts, as well as the role of Behavior Analysis in the development of new Parent Training Programs.

**Keywords:** Parent training. Behavior Analysis. Behavior Problems.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	- Quantidade de estudos encontrados em cada fonte de pesquisa.....	34
<b>Tabela 2</b>	- Quantidade de estudos em cada ambiente de intervenção.....	43
<b>Tabela 3</b>	- Frequência dos Instrumentos utilizados nas intervenções.....	44

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	- Fonte de pesquisa, Autores, Ano de Publicação e Títulos dos artigos selecionados.....	35
<b>Quadro 2</b>	- Objetivo das intervenções e Habilidades desenvolvidas nos pais e filhos .....	36
<b>Quadro 3</b>	- Características das amostras nas intervenções selecionadas.....	40
<b>Quadro 4</b>	- Procedimentos aplicados em cada estudo.....	46
<b>Quadro 5</b>	- Principais resultados e sua eficiência em cada estudo.....	50

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Número de pesquisas por ano.....	40
<b>Gráfico 2</b> - Frequência das demandas.....	42

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A VIOLÊNCIA APRENDIDA.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>PRÁTICAS PARENTAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>TREINAMENTO DE PAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>31</b>
<b>5.1</b>	<b>Gerais.....</b>	<b>31</b>
<b>5.2</b>	<b>Específicos.....</b>	<b>31</b>
<b>6</b>	<b>MÉTODO.....</b>	<b>32</b>
<b>6.1</b>	<b>Materiais.....</b>	<b>32</b>
<b>6.2</b>	<b>Base documental e procedimentos de coleta.....</b>	<b>32</b>
<b>6.3</b>	<b>Análise de Dados.....</b>	<b>33</b>
<b>7</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O uso de coerção em nossa sociedade é amplamente utilizado devido aos seus efeitos imediatos. O controle por reforçamento negativo ou punição confere ao indivíduo que pune ganhos a curto prazo, como por exemplo o imediato cessar do choro da criança, ou obediência ao que ordena, o que torna o seu uso de fácil entendimento e assimilação pela população geral, criando uma cultura de naturalização do ato (SIDMAN, 2009). Seu uso também é apoiado por uma visão parental da criança como posse, o que justifica a asserção do poder sobre os filhos (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003). A presença de provérbios e ditados populares que orientam o uso de punição corporal na educação dos filhos é antiga e é transmitida ao longo de gerações como verdades inquestionáveis:

Não poupes ao menino a correção: se tu o castigares com a vara, ele não morrerá; castigando-o com a vara salvarás sua vida da morada dos mortos” (Bíblia Sagrada, Provérbios 23: 13-14). Este, entre outros provérbios bíblicos, mostra que as indicações para o uso de punição corporal como método disciplinar remontam há milênios. Os ditados populares, nas diferentes culturas, também indicam esta maneira de educar uma criança e oferecem regras a serem seguidas: “ama as crianças com o coração, mas educa-as com tua mão” (provérbio russo); “quem não foi bem castigado com a vara, não foi bem-educado (provérbio grego) (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004, p. 01).

A prática já foi retratada na televisão por meio de novelas, exibidas em uma emissora de alta audiência no país, por exemplo na cena da novela denominada Mulheres Apaixonadas, em que a personagem Dóris, uma vilã, apanha e é humilhada pelo pai como forma de discipliná-la (SANTOS, 2014), ou em discursos públicos como os do pastor e deputado federal Marcos Feliciano na época da aprovação da Lei Menino Bernardo<sup>1</sup>, ocasião na qual declarou considerar o uso de palmadas como uma medida corretiva e de “foro íntimo”, concernente apenas à vida familiar (FOLHA, 2014).

A prevalência da opinião pessoal no discurso político, somadas à dogmas religiosos e dados estatísticos fora de contexto mantém a discussão superficial e em nada auxilia na melhoria de ações que visem o bem comum. Sidman (2009) aponta que discussões sociais como estas são um lugar ideal para a Análise do Comportamento dar sua contribuição: ao invés de se

---

<sup>1</sup> A Lei do Menino Bernardo se refere à alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante (BRASIL, 2014).

basear em tradições puras, opiniões ou sentimentos, é possível utilizar evidências validadas por meio de estudos da área.

Elgar et al. (2018) investigou a associação entre a proibição da punição corporal e a violência juvenil em nível internacional, apontando sua redução nos países que a baniram e contribuindo para a hipótese onde essa proibição cria um ambiente menos violento para o crescimento infantil. No Brasil, pesquisas realizadas pelo Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes – VIVA, referentes aos anos de 2013 e 2014, apontam o uso de violência contra crianças de zero a nove anos acontece com frequência (24,3% das ocorrências), frequentemente na própria residência (66,7%) (BRASIL, 2017). Dos 29.784 casos de notificação predominam a negligência (50,1%), violência física (28,6%), violência sexual (28,4%) e violência psicológica/moral (17,5%), sendo que o meio da agressão mais utilizado foi a força corporal (20,5%), seguida por ameaça (9,7%) e queimaduras (4,0%) (BRASIL, 2017). Na população adolescente (10 a 19 anos de idade) a frequência da violência é maior que em crianças (27,7%), com uma diminuição de ocorrência na residência (47,1%) mas aumento nas ruas (22,6%). Os atendimentos decorrentes de agressão física também aumentam (63,3%), diminui os de violência sexual (23,9%) e volta a aumentar o de violência psicológica/moral (23,0%) (BRASIL, 2017). Em ambas faixas de idade os agressores costumam ser pessoas próximas à vítima (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004; DATAFOLHA, 2010), sendo mãe a principal agressora (40,2%), seguida pelo pai (25,9%) (BRASIL, 2017).

Em pesquisa realizada por Weber, Viezzer e Brandenburg (2004) sobre o uso da palmada foi apontado que, dentre os entrevistados, o percentual de crianças e adolescentes que já receberam algum tipo de punição corporal foi de 88,1%, e o de concordância com a prática foi de 63,4%, sendo que 51,2% afirmaram que utilizarão com os próprios filhos no futuro, mantendo o ciclo da violência. O Datafolha realizou em 2010 uma pesquisa sobre a aprovação do projeto de lei que proibiria o uso de “palmadas” por pais como forma legítima de educar seus filhos, reafirmando os dados apontados anteriormente, com 72% dos brasileiros entrevistados afirmando já terem apanhado dos pais e 54% se mostrando contrários à proposta da lei (DATAFOLHA, 2010). É interessante observar como o uso de punição na educação infantil reflete uma aceitação mundial da coerção, entendido como inevitável e justo em diversos países, enquanto o reforço positivo é visto como forma de coagir o outro através de suborno (SIDMAN, 2009). Espera-se que o “correto”, ou o comportamento socialmente esperado, surja naturalmente, como virtude de uma pessoa que nasce boa, enquanto se educa com violência.

As práticas parentais que usam de coerção para impor respeito e obediência acabam por tornar os filhos mais agressivos e incutem valores de força e poder nos relacionamentos (BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). As consequências dessa educação refletem-se nos problemas de comportamento de crianças e adolescentes, como por exemplo, comportamentos agressivos, de oposição etc (BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). Este cenário tem motivado a busca por alternativas para auxiliar a lidar com os comportamentos dos filhos, sendo o Treinamento de Pais uma delas. Este, por sua vez, consiste no tratamento de problemas de comportamento de crianças e adolescentes por meio da orientação e ensino dos princípios comportamentais aos pais com a finalidade de manejo de comportamentos, passando a agir como co-terapeutas na intervenção (OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005; McMAHON, 1996; BORTOLINI; ANDRETTA, 2013).

Alguns pais reproduzem coerção no dia-a-dia com enorme frequência, sem conhecer ou perceber como seus comportamentos podem afetar psicologicamente as relações interpessoais de seus filhos, enquanto outros agem de forma coercitiva por desconhecerem maneiras diferentes de se comportar, uma vez que não tiveram modelos parentais adequados que pudessem se basear. Os programas de orientação e treinamento de pais que buscam desenvolver uma educação não-coercitiva, são oriundos justamente do desejo de contribuir na mudança dessa realidade, desenvolvendo nos pais novas habilidades educativas que irão repercutir diretamente nos filhos e neles, reduzindo os problemas de comportamento e a utilização de práticas educativas coercitivas e violentas (BORTOLINI; ANDRETTA, 2013).

Nesta perspectiva, a presente pesquisa buscou investigar a produção brasileira a respeito do Treinamento de Pais nos últimos dez anos e como estes estudos podem contribuir para o desenvolvimento de práticas parentais não-coercitivas. No primeiro capítulo será abordado a utilização de meios coercitivos na educação parental em nossa sociedade e suas consequências a longo prazo, enquanto que no capítulo dois tratará das práticas parentais aplicadas no contexto familiar, contribuindo para o desenvolvimento ou déficit de comportamento dos filhos. O capítulo três discute as possibilidades do Treinamento de Pais como intervenção nos problemas de comportamento infantil e adolescente, ensinando novas estratégias de educação que não utilizem surras e palmadas. Por fim, são apresentados os resultados e discussões a respeito das pesquisas nacionais na área, suas contribuições, dificuldades e perspectivas para o futuro.

## 2 A VIOLÊNCIA APRENDIDA

O uso da violência é discutido mundialmente por suas repercussões físicas, emocionais e sociais (SIDMAN, 2009; DARLING; STEINBERG, 1993; ROCHA; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013; WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004; BAUMRIND, 1966; GOMIDE, 2003; MACARINI ET AL., 2010). Caracterizada como violação dos direitos humanos, é compreendida como um problema social e de saúde pública, estando presente nos mais variados contextos da sociedade (FRANZIN et al., 2013). A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 5).

Complexa e multifacetada, nem sempre é possível percebê-la no dia-a-dia da convivência, na escola ou no trabalho. No que se refere especialmente aos maus-tratos cometidos contra crianças e adolescentes, são considerados os diversos tipos de violências decorridos da ação ou omissão de familiares, amigos, ou responsáveis, contra menores de idade, cometida rotineira ou esporadicamente (FRANZIN et al., 2013). A OMS (2002) distingue quatro tipos de maus-tratos em relação à criança por parte dos responsáveis por seus cuidados: abuso físico, abuso sexual, abuso emocional e negligência.

É caracterizado abuso físico as ações que causam real dano corporal ou a possibilidade de sua ocorrência ao menor. O abuso sexual é definido como atos em que um adulto usa a criança para obter gratificação sexual, seja pelo contato físico ou por diferentes meios, como pornografia ou ameaça. O abuso emocional é constituído pelo desamparo e humilhação da criança, com efeito devastador sobre seu desenvolvimento. A negligência diz respeito à omissão de necessidades básicas ao menor nas áreas de saúde, educação, nutrição, abrigo e condições de vida seguras, mesmo quando a família ou responsável possui meios para tal (OMS, 2002; FRANZIN et al., 2013).

A violência infanto-juvenil representa um fenômeno silencioso, que acarreta reduzida mobilização social, por ser considerado problema privado, justificado como medidas educativas e disciplinares (FRANZIN et al., 2013). A falta de conhecimento dos pais e da comunidade em geral sobre os efeitos colaterais da aplicação de castigos físicos na educação de jovens e crianças contribui para a perpetuação desta (SIDMAN, 2009; WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004).

Esse tipo de violência se apresenta de forma generalizada no mundo todo (OMS, 2002). Em pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 27 países desenvolvidos se constatou a morte de 3.500 crianças com menos de 15 anos, vítimas de maus tratos (GOMEZ; BANZON, 2014). O projeto *World Studies of Abuse in the Family Environment* - WorldSAFE (Estudos Mundiais do Abuso no Ambiente Familiar), em cooperação com diferentes países, realizou estudo sobre a frequência do uso de formas de disciplina infantil severas (que a colocam em risco real de morte, como asfixia, cortes e queimaduras) e mais moderadas (bater com um objeto em uma parte do corpo que não sejam as nádegas). Seus resultados atestam que a utilização de punição severa se dá em diferentes regiões do mundo (OMS, 2002) e também revela a inexistência de consenso universal em relação ao que é considerado abusivo e o que é considerado uma disciplina moderada, evidenciando a fragilidade da linha que divide ambas, se tornando um fator de risco para o abuso (OMS, 2002; WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004).

Ribeiro (2013) aponta que as iniciativas nacionais para uma lei que abolisse a utilização de castigos físicos partiram de campanhas mundiais, onde o uso de violência na relação interpessoal de adultos e crianças são considerados uma forma de violação aos direitos destes. Em 1989 a *United Nations Convention on the Rights of the Child* (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças) se mobilizou para incentivar a adoção de uma educação sem qualquer forma de violência: fica sob responsabilidade dos países signatários da Convenção promover leis que proíbam castigos físicos, tratamentos cruéis ou degradantes (OMS, 2002; RIBEIRO, 2013). No Brasil, a aprovação da PL 7672/10 no Congresso Nacional recebeu o apoio de agências internacionais como a ONG *Save the Children*, que apoia a Rede “Não Bata, Eduque”, que contribuiu para sua elaboração, além da presença de uma figura pública para dar destaque ao tema na mídia, a apresentadora de programas infantis Xuxa Meneghel (RIBEIRO, 2013).

Na Análise do Comportamento, ciência que fundamenta este estudo, o controle aversivo tem sido associado a diversos efeitos colaterais para a vítima, tais como: eliciação de respostas emocionais, supressão de outros comportamentos além daquele punido, emissão de respostas incompatíveis ao comportamento punido e contracontrole (MOREIRA; MEDEIROS, 2007). Quando se aplica punição todo o contexto ambiental de sua ocorrência, ou que apenas sinalize a probabilidade de que a punição ocorra novamente, torna-se aversiva, criando mais fontes coercitivas e ambientes punitivos (SIDMAN, 2009). Assim, o próprio autor da punição pode se tornar um aversivo, sendo evitado e associado a sentimentos de medo e raiva naquele que é punido. De acordo com Sidman (2009), a utilização de coerção constitui uma armadilha, pois

apresenta bons resultados a curto prazo para quem a utiliza, o que reforça seu uso, mas a longo prazo ocasiona diversas consequências prejudiciais para o desenvolvimento de quem é alvo, bem como para relação entre as duas partes.

As pessoas que usam punição tornam-se elas mesmas punidores condicionados. Outros a temerão, odiarão e se esquivarão delas. Se punirmos outras pessoas, nós também nos tornaremos punidores. Nossa própria presença será punitiva (SIDMAN, 2009, p. 103).

Comportamentos não planejados pelo punidor também podem ser gerados com o objetivo de evitar algo punitivo (SIDMAN, 2009), como por exemplo uma criança que apanha do pai ao quebrar um vaso pode, ao quebrar algo novamente, esconder o objeto das vistas do pai, ou correr de sua presença para não sofrer a punição. Em uma situação na qual o uso de reforço negativo estabelece o comportamento desejado pelo agente, por garantia, e receio da punição, o punido também evita quaisquer ações que precederam a punição, mesmo que estes não estejam ligados diretamente à contingência planejada. Esse comportamento pode se generalizar para outros contextos que envolvam possibilidade de punição, estreitando e restringindo padrões comportamentais, tornando-os automatizados e pouco flexíveis (SIDMAN, 2009).

Outros autores (FRANZIN et al., 2013; WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004) também apontam consequências adversas da violência: além das lesões físicas decorrentes da agressão física, problemas como ansiedade, depressão, impulsividade, baixa autoestima e autoeficácia, estresse pós-traumático, sintomas psiquiátricos e baixo bem-estar geral são frequentes, podendo resultar em alterações de conduta na escola ou comunidade. Os danos causados pela violência podem variar de acordo com a frequência dos maus-tratos, o sexo e a idade da criança e/ou adolescente, assim como o grau de relacionamento entre a vítima e o agressor (FRANZIN et al., 2013).

O uso de violência contra a criança é geralmente atribuído como estratégia para suprimir comportamentos considerados inadequados e incentivar os comportamentos adequados. A aplicação de práticas educacionais como esta visam modelar o comportamento dos filhos de acordo com o que os pais acreditam ser o correto, porém, grande parte dos problemas de comportamento se instalam e são mantidos devido ao déficit de repertório parental para manejar a situação (PINHEIRO et al., 2006; BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). A forma como os pais se comportam diante dos filhos apresenta-se como o modelo a ser seguido, assim, os valores e condutas agressivas dos adultos se tornam naturais e as punições verbais, psicológicas e físicas

são vistas como a maneira apropriada de se relacionar e resolver conflitos (BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). A exposição a modelos agressivos pode levar a repeti-lo, gerando ciclos de interações coercitivas dentro da família, repassando-as através de gerações (PINHEIRO et al., 2006).

A dinâmica familiar é envolvida por reforços e punições de ambas as partes, onde o convívio direto com os familiares pode criar situações reforçadoras e agradáveis, mas também pode gerar discussões e sentimentos aversivos que afetam essas relações. Quando os pais desistem de lidar com os comportamentos problema dos filhos estes tendem a aumentar de frequência e intensidade, dificultando uma intervenção e frustrando ainda mais os pais (BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). Aliado à esta dinâmica estão as dificuldades encontradas em conciliar os problemas cotidianos com a criação dos filhos, o que também torna o acompanhamento e a responsabilização menos frequentes. Esse contexto familiar reproduz práticas educacionais pouco efetivas e não proporciona um desenvolvimento adequado de habilidades sociais importantes para o convívio em sociedade.

O uso de estratégias que se utilizam de agressões, gritos ou ameaças constituem um risco ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes e sua difusão e aceitação social torna ainda mais difícil reconhecer as práticas que favorecem ou prejudicam o desenvolvimento de comportamentos adequados. O estudo das práticas adotadas por pais no ensino de comportamentos sociais permite reconhecer padrões de estilo parental e como estes afetam o processo de formação dos filhos, desse modo, no capítulo a seguir serão abordadas as práticas parentais.

### 3 PRÁTICAS PARENTAIS

Para que seja possível entender o processo de influência da educação parental no desenvolvimento dos filhos em diferentes contextos sociais e culturais é importante distinguir a diferença entre Estilos Parentais e Práticas Parentais. Os Estilos Parentais são definidos como o conjunto de características e atitudes dos pais, expressas no contexto familiar, que abrangem tanto os comportamentos voltados para a meta de socialização (práticas parentais), quanto os comportamentos não voltados às metas, como gestos e expressões emocionais espontâneas (DARLING e STEINBERG, 1993). Assim, os estilos parentais agem como moderador da eficiência de práticas particulares e da abertura da criança à socialização.

Já as Práticas Parentais correspondem às diferentes ações dos pais em relação aos comportamentos dos filhos, com o objetivo de incentivar comportamentos sociais adequados, assim como suprimir os comportamentos considerados inadequados (DARLING; STEINBERG, 1993; ROCHA, 2003; BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). As práticas adotadas levam em consideração o que os pais acreditam ser o certo e o errado, de acordo com a própria história de reforçamento individual (ontogênese) e cultural em que estão inseridos (GOMIDE, 2003). Considerando a diversidade de estratégias de ensino e controle em diferentes localidades, assim como as singularidades em cada família, diferentes práticas parentais podem ser equivalentes para um mesmo comportamento alvo (DARLING; STEINBERG, 1993).

Enquanto o termo “práticas parentais” procura descrever os comportamentos utilizados nas estratégias aplicadas, o termo “estilos parentais” se remete ao clima onde essas estratégias são apresentadas, contendo um padrão complexo de crenças e atitudes dos pais com relação à socialização dos filhos (GOMIDE, 2003; LUBI, 2003). Dependendo da frequência e intensidade que o casal utilize determinada estratégia, o clima emocional proveniente do estilo parental pode afetar positivamente ou negativamente o desenvolvimento de habilidades sociais dos filhos. Diversos estudos foram iniciados para entender como a criação dos filhos pelos pais influencia no desenvolvimento de habilidades sociais (BAUMRIND, 1966; DARLING; STEINBERG, 1993; GOMIDE, 2003; MACARINI et al., 2010).

Baumrind (1966), ao analisar o comportamento e atitude dos pais em relação à criação dos filhos, identificou três estilos parentais: o permissivo, o autoritário, e o autoritativo. De acordo com seus estudos, o estilo parental permissivo se caracteriza pela aceitação dos impulsos e desejos da criança, servindo à esta como recurso para obter o que deseja. O estilo autoritário consiste na busca pelo controle dos comportamentos dos filhos ao moldar o comportamento destes por meio de punições, desencorajar discussões e priorizar a obediência. Por sua vez, os

pais autoritativos estabelecem regras e deveres de forma clara e racional, mas com abertura para conversa e negociação, considerando as individualidades e particularidades da criança. Darling e Steinberg (1993) ressaltaram a importância do modelo de Baumrind por incorporar os processos emocionais e comportamentais dos pais, mas criticam o fato da pesquisa não ter considerado diferentes etnias ao relacionar o estilo autoritativo com desempenho escolar, apresentando conclusões menos efetivas em grupos de amostras nipo-americanos e afro-americanos.

A revisão teórica realizada por Macarini et al. (2010) apresenta a evolução dos estudos sobre a criação parental após a contribuição de Baumrind, com novas variáveis sendo inseridas em seu estudo, como: metas parentais, valores e crenças dos pais para socializar a criança. Buscando dividir os Estilos Parentais em um número limitado de dimensões, e assim facilitar a mensuração e generalização do modelo inicial, Maccoby e Martin (1983 apud DARLING; STEINBERG, 1993) propõem a inclusão de dois processos específicos na sua análise: as demandas feitas pelos pais (exigência); e as contingências de reforço parental (responsividade). Ao analisar os Estilos Parentais por essas dimensões, pais autoritativos mostraram elevados níveis de exigência e responsividade, enquanto pais autoritários apresentam elevada exigência e baixa responsividade. Ao se aplicar estas dimensões ao estilo permissivo foi possível identificar dois padrões distintos de parentalidade: negligentes (baixas exigência e responsividade) e indulgentes (baixa exigência e elevada responsividade) (MACCOBY; MARTIN, 1983 apud DARLING; STEINBERG, 1993; LUBI, 2003; GOMIDE, 2003).

Gomide (2003), em sua pesquisa sobre o desenvolvimento ou inibição de comportamentos classificados como antissociais, considera como Práticas Educativas Positivas os comportamentos parentais que não usam coerção na relação com os filhos e Práticas Educativas Negativas aquelas que utilizam predominantemente coerção. As práticas positivas favorecem o uso de reforçadores positivos e regras como alternativa à coerção, enquanto as práticas negativas empregam principalmente o estímulo aversivo na relação com os filhos (BARTOLINI; ANDRETTA, 2013).

As Práticas Educativas Parentais são divididas por Gomide (2003) em sete categorias, com duas sendo classificadas como positivas e cinco como negativas. São consideradas Práticas Educativas Positivas o comportamento moral e a monitoria positiva. Já as Práticas Educativas Negativas compreendem a monitoria negativa, disciplina relaxada, negligência, punição inconsistente, e o abuso físico e psicológico (GOMIDE, 2003; COELHO; MURTA, 2007; BARTOLINI; ANDRETTA, 2013). Estas práticas serão melhor discutidas a seguir, pois são frequentemente trabalhadas no treinamento de pais no contexto brasileiro.

a) Comportamento Moral

Segundo Gomide (2003), o comportamento moral ou pró-social, como prática parental, é caracterizado pela transmissão de valores éticos e morais aos filhos. O clima emocional gerado pela atitude dos pais determina a noção de moral: ambientes coercitivos valorizam a obediência, enquanto ambientes cooperativos despertam o respeito mútuo (GOMIDE, 2003). Proporcionar um ambiente seguro para a criança permite que esta observe e considere o bem-estar de outros, porém estilos parentais onde o uso de punição predomina desenvolvem sentimentos de hostilidade e falta de segurança dentro da própria casa, tendo como consequência menor empatia ao considerar as necessidades de outros além da sua.

Pais coercitivos, cujas ações eliciam medo e raiva na criança quando ela transgredir uma norma que causou mal a alguém, podem fazer com que ela deixe de focalizar as consequências que seu ato causou na vítima para focalizar as consequências que a transgressão da regra causou a si mesma (GOMIDE, 2003, p. 29).

Ter modelos de honestidade e amizade na infância podem influenciar a ocorrência dos mesmos no futuro, neste sentido a figura dos pais é essencial para a instalação destes repertórios, pois agem como modeladores e modelos para a aquisição de comportamentos adequados ao contexto cultural (LOHR, 2003). O processo de modelagem aplicado pelos pais implica no reforço diferencial do comportamento desejado dos filhos por meio de aproximações sucessivas daquele comportamento, como por exemplo ensinar a dobrar as colchas de cama; enquanto a modelação apresenta os pais como um exemplo a ser imitado (MOREIRA; MEDEIROS, 2007). É necessário que as crianças possam observar e vivenciar comportamentos afetuosos e empáticos para que ajam de forma semelhante. A presença de modelos morais dentro da família é considerado fator determinante para a presença ou não de comportamentos antissociais e delinquência na idade adulta (LUBI, 2003; GOMIDE, 2003).

Gomide (2003) destaca a perspectiva comportamental ao analisar o comportamento moral: evocada por contextos sociais e considerando as contingências de reforço e punição para cada pessoa. Assim, o comportamento moral não possuiria origens internas e impossíveis de serem observadas, mas sim relacionais com o ambiente em que ocorre, podendo haver diferentes variáveis que o determinem. Devolver o troco da padaria que veio a mais é considerado o comportamento ético e moral apropriado para algumas pessoas, enquanto outros podem ver a situação como compensação por um pão que consideram de uma má qualidade ou

muito caro. E se aquele troco a mais pudesse ser utilizado em outra necessidade? Se ninguém percebeu, que diferença pode fazer? Quais sentimentos de autoconceito são despertados? Por quê devolver seria o correto? O comportamento moral se apresenta como algo a ser desenvolvido de acordo com as possibilidades que o contexto geral oferece, sendo essencial a presença de modelos que mostrem respeito e a afetividade (GOMIDE, 2003).

b) Monitoria Positiva

A monitoria positiva é definida como “um conjunto de comportamentos parentais que envolvem atenção para a localização dos seus filhos, para suas atividades e formas de adaptação” (GOMIDE, 2003, p.24). Esta atenção é expressa pelo estabelecimento e observância de regras a respeito dos lugares para onde vão, com quem eles devem se associar e quando retornam para casa. Este controle permite agir sobre comportamentos indesejados, mas para que isto ocorra é preciso que a comunicação esteja presente, negociando situações favoráveis para ambos (GOMIDE, 2003).

A interação positiva estabelecida por mães com seus bebês as deixa atentas aos sinais emitidos pelos filhos e os atendam, o que por sua vez permite que eles percebam a influência que exercem sobre as mães, estabelecendo uma comunicação. As demonstrações de amor e atenção também aumentam a probabilidade dos filhos em contar sobre suas vidas, recebendo apoio (GOMIDE, 2003; COELHO; MURTA, 2007). Quando uma filha se sente segura e respeitada pela mãe, ela compartilha as situações que vive com as amigas e namorados, e é reforçada através da escuta e do recebimento de conselhos e orientações. Esta relação permite uma monitoria saudável, onde a mãe conhece as atividades da filha e pode agir sobre seus comportamentos de forma efetiva.

c) Monitoria Negativa

As práticas de monitoria negativa, também chamada de supervisão estressante, caracterizam-se pelo comportamento de fiscalização e ordens excessivas dos pais, que ao não serem obedecidas geram hostilidade e um clima familiar de insegurança (GOMIDE, 2003; BORTOLINI e ANDRETTA, 2013). A família exerce função de grupo social ao estabelecer regras e limites que possibilitam à criança participar da comunidade social mais ampla e conhecer a autoridade das outras agências de controle. Por esta característica, também é considerada uma agência de controle, exercendo o poder de influência para coagir e punir os

filhos quando considera necessário (MACARINI et al., 2010; NAVES; VASCONCELOS, 2008). Porém, este tipo de vigilância e hostilidade empregados pelos familiares pode interferir no desenvolvimento da independência dos filhos, minando sua autoconfiança. O controle excessivo do que comer, das roupas usadas e proibições quanto ao brincar com colegas, deixa crianças e adolescentes frustrados, com sentimentos de angústia e inadequação. Esta prática revela a insegurança e desconfiança dos pais para com os filhos, que podem passar a mentir e esconder objetos para obter privacidade, o que somado à hostilidade dos pais, contribui no desenvolvimento de sentimentos de raiva e comportamentos de oposição, aumentando a probabilidade de associação com pares antissociais durante a adolescência (GOMIDE, 2003).

d) Disciplina Relaxada

O estabelecimento de regras dentro do convívio familiar busca preparar a criança para as normas da sociedade, delimitando comportamentos e apresentando as consequências de suas infrações. A disciplina relaxada se caracteriza pelas ameaças e o não cumprimento das consequências prometidas às transgressões (BORTOLINI E ANDRETTA, 2013). Apresentar as consequências do ato inadequado à criança no momento em que ocorrem propicia o desenvolvimento de sentimento de culpa após as transgressões, modelando seu comportamento moral (GOMIDE, 2003). Quando não existe o reforçamento adequado dos comportamentos dos filhos, a criança não aprende a discriminar os comportamentos sociais esperados, aumentando a frequência e intensidade de comportamentos inapropriados. Isso os torna mais difícil de extinguir e pode frustrar os pais, que reduzem ainda mais o esforço parental em monitorar e disciplinar seus filhos (GOMIDE, 2003).

Vemos com frequência situações onde crianças mais novas apresentam comportamentos inapropriados, como palavrões e comportamentos agressivos, que são minimizados ou até mesmo vistas com humor pelo público ao redor, porém ao crescer a situação já não é mais vista da mesma forma. As tentativas de extinção do comportamento são seguidas por um aumento de sua intensidade, afim de obter o mesmo reforço de antes, e para evitá-las os pais cedem, sendo reforçados negativamente com a retirada do aversivo (choro) e reforçando o comportamento inadequado da criança. Conforme o DSM-V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), padrões agressivos e opositores podem se manter durante a adolescência: nem todas as crianças antissociais se tornam adultos antissociais, porém indivíduos que apresentaram transtornos de conduta com início na infância possuem mais probabilidade de mantê-los na vida adulta.

e) Negligência

O comportamento parental negligente é caracterizado pela falta de atenção às necessidades dos filhos, seja ela material ou afetiva, abrangendo também a omissão de auxílio (BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). Pais negligentes costumam se retirar (fugir) das situações difíceis, tornando-se indisponíveis enquanto agentes socializadores (GOMIDE, 2003; PASIAN et al., 2013), muitos não conhecem os pensamentos, gostos e sentimentos dos próprios filhos, não sabem onde se encontram ou para onde vão, estando mais preocupados com seus próprios interesses (PASIAN et al., 2013). A situação de negligência pode ter origens em situações sociais de extrema pobreza, sendo difícil estabelecer os limites entre falta de condições e prática abusiva, nestes casos os pais tentam compensar sua ausência com presentes (MARTINS; JORGE, 2009; DAMIANI; COLOSSI, 2015).

A ausência de interação, e logo de reforçamento, podem comprometer o desenvolvimento psicológico, social e educacional de crianças e adolescente, aumentando os sentimentos de insegurança, vulnerabilidade e hostilidade em futuras relações (GOMIDE, 2003). A busca por amor e atenção leva a criança negligenciada a procurá-los em outros locais, como na rua, com vizinhos ou utilizando drogas, sendo também um dos principais fatores para o desenvolvimento de comportamentos antissociais (PASIAN et al., 2013). A falta de uma relação afetiva saudável com os pais pode prejudicar a capacidade de constituir novas relações afetivas e desenvolver sentimentos como empatia: uma criança que nunca se sentiu valorizada dificilmente conseguirá atribuir estes sentimentos a outros, não se preocupando com as consequências de seus atos (GOMIDE, 2003).

f) Punição Inconsistente

No processo de desenvolvimento infantil, onde os pais são a principal fonte de consulta e servem como modelos de comportamento, é importante que haja a criação de um ambiente que deixa claro quais são os comportamentos adequados que os filhos devem seguir, assim como os comportamentos inadequados a evitar. A punição inconsistente é definida como a combinação de respostas punitivas e permissivas diante de uma mesma situação, onde o que controla a punição não é o ato punido, mas sim o humor do punidor (LUBI, 2003; GOMIDE, 2003). Por exemplo: o pai que pune quando descobre o filho mentindo sobre algo que fez, mas

pede que o filho minta sobre onde esteve à noite para a mãe e o presenteia como recompensa; ou quando a mãe fica nervosa ao brigar com o pai e bate no filho por qualquer motivo que normalmente não seria punido. A criança não aprende que o comportamento é inadequado, mas sim que existem exceções às regras, prejudicando o desenvolvimento do comportamento moral. Não há distinção do que é certo ou errado, pois os comportamentos podem indicar a presença de reforço ou punição para o mesmo contexto. Se não é a ação da criança que é punida, mas sim ela, de acordo com o humor dos pais, a punição fica ligada ao sentimento de rejeição e falta de amor, gerando comportamentos de esquivas do ambiente familiar e problemas de autoestima (GOMIDE, 2003).

g) Abuso físico e psicológico

O abuso físico se diferencia da punição corporal por seus objetivos: o primeiro busca machucar os filhos, enquanto a punição corporal é justificada como forma de educar (GOMIDE, 2003; BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). Mesmo com a tentativa de diferenciar os conceitos, a utilização da punição física como prática educativa ainda é fator de risco para situações mais graves de maus tratos, principalmente com reincidência do comportamento problema e a adição de instrumentos na aplicação das “palmadas” (GOMIDE, 2003). A dificuldade em combater e excluir o comportamento inadequado geralmente leva os pais a perderem o controle da situação e optar por utilizar a punição física como forma de disciplina: “Quando os pais não sabem como lidar com os erros e desobediências de seus filhos, podem transferir a culpa do fracasso disciplinar para a criança, sem perceber que a falha está no método aplicado” (WEBER, VIEZZER; BRANDENBURG p.505).

Gomide (2003) chama atenção para o fato de que a exposição da criança à prática frequente do abuso físico e punições físicas pode torná-las apática, medrosa e, principalmente, antissocial. A imposição do poder dos pais pode levar à uma completa obediência, com pouco espaço para desenvolver habilidades assertivas, ou com reações agressivas e abusivas com outras pessoas, criando um modelo que apresenta a punição como forma de obter controle e poder, a ser replicado em outras situações. Rejeitadas e severamente punidas na infância, percebem o uso de agressão como forma de se expressar, reafirmando seu caráter cíclico e intergeracional. (GOMIDE, 2003; WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2003).

O abuso psicológico é considerado o mais difícil de se mensurar, apesar de sua frequência: caracteriza-se pelo uso constante de xingamentos e palavras que diminuem o valor dos filhos e suas conquistas (GOMIDE, 2003). Este tratamento demonstra uma falta de afeto

por parte dos cuidadores, criando nos filhos uma dificuldades em estabelecer bons relacionamentos, pois estes se consideram incapazes de serem amados. Quando a punição física é acompanhada do discurso depreciativo, ou justificadas como “para seu próprio bem”, associações e pareamentos entre situações aversivas e afeto podem ser estabelecidas, ensinando a criança ou adolescente a suportar relações abusivas como um sinal de amor no futuro (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2003).

Tendo em vista as influências das Prática Educativas Parentais no desenvolvimento infantil, é possível construir procedimentos que possam intervir em situações de risco para o desenvolvimento de comportamentos socialmente inadequados, assim como promover ações de prevenção (GOMIDE, 2003; ROCHA, 2003). Nesta perspectiva, discutir-se-á no próximo capítulo os programas de treinamento de pais que ensinam os familiares a discriminar as contingências que permeiam o ambiente familiar e como atuar sobre elas.

#### 4 TREINAMENTO DE PAIS

A intervenção com pais compreende três formatos distintos: 1) Psicoterapia Parental – quando problemas conjugais ou de um dos pais interfere diretamente no comportamento infantil, sendo necessário o encaminhamento individual ou mesmo do casal para atendimento psicoterápico (INGBERMAN, 1997); 2) a orientação parental aliada à psicoterapia infantil – o atendimento na terapia analítica comportamental infantil baseia-se no modelo triádico no qual os pais são incluídos no processo terapêutico, visando auxiliar o terapeuta no manejo do comportamento infantil (SILVARES, 1995); e 3) o Treinamento de Pais, caracterizado pelo tratamento de problemas de comportamento em crianças e adolescentes através da orientação e ensino de estratégias comportamentais aos pais, que passam a agir como co-terapeutas na intervenção (OLIVARES, MENDEZ; ROS, 2005; McMAHON, 1996).

A proposta de inseri-los como mediadores na intervenção do comportamento dos filhos surgiu a partir da ascensão do conhecimento médico no fim do século XIX e começo do século XX através de programas de saúde infantil e no aumento da expectativa de vida das crianças (OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005). A necessidade de treinar habilidades básicas de cuidado com os filhos expõe por um lado a inexistência de uma habilidade materna inata, frequentemente enaltecida em nossa cultura, e por outro lado ressalta a existência de carências nos repertórios de comportamentos sociais básicos dos pais mais do que dos filhos (McMAHON, 1996; OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005).

Neste período as psicoterapias infantis tradicionais tinham dificuldade em generalizar os resultados alcançados na intervenção clínica para o ambiente no qual o problema ocorria, assim, apresentavam pouca eficiência a longo prazo (McMAHON, 1996; OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005). O baixo índice de resultados positivos destas intervenções criou a necessidade de uma mudança no modelo terapêutico tradicional, nesse contexto, as clínicas psicológicas para a infância, no primeiro terço do século XX, nos Estados Unidos, passaram a experimentar tratamentos parcialmente aplicados na clínica e na casa da criança, sobre cuidado dos pais (OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005). Em 1983, os Mowrer introduzem um tratamento para enurese onde os pais participaram da intervenção, evitando alterações no ambiente da criança e assim alcançando resultados consideráveis (OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005). Além da perceptível melhora nos resultados, a mudança para um novo modelo de tratamento com base nos precedentes de Mowrer se mostrou eficaz em reduzir também os custos com o acomodamento de pacientes nas clínicas.

O treinamento de pais passou por três diferentes fases de desenvolvimento: a primeira se baseou em uma perspectiva ambientalista, com enfoque comportamental operante, no qual os pais exerciam mais influência e responsabilidade no comportamento dos filhos. Teve início no final dos anos 60, perdurando até o começo dos anos 70, com o terapeuta agindo como consultor, enquanto os pais eram os mediadores com o objetivo de reduzir um problema no comportamento dos filhos, unindo a facilidade de aplicação e a objetividade das análises dos resultados, apesar da dificuldade em generalizar seus efeitos (MCMAHON, 1996).

A segunda fase buscou melhorar a generalização dos resultados. Forehand e Atkenson (1977) descreveram quatro classes relevantes para a intervenção infantil: 1) “generalização contextual”, quando os efeitos da intervenção permanecem em outros contextos além do original; 2) “generalização temporal”, que busca a manutenção dos efeitos a longo prazo após finalização da intervenção; 3) “generalização aos irmãos”, quando os pais conseguem aplicar os conhecimentos adquiridos no tratamento do comportamento problema de um dos filhos nos problemas dos demais; e 4) “generalização comportamental”, onde as modificações da intervenção afetam outros comportamentos além do comportamento-problema primário (McMAHON, 1996).

A terceira e atual fase do Treinamento de Pais tem como meta atuar nos principais problemas de comportamento da sociedade atual e generalizar seus efeitos para outros contextos com a finalidade de prevenir problemas futuros. Os problemas de comportamento são vistos como oriundos dos excessos e déficits comportamentais dos pais, além da presença de estressores secundários, como doenças e problemas conjugais). O treinamento parental busca manter os ganhos do tratamento a longo prazo, abordando também a multiplicidade de variáveis individuais (no casal e nos filhos) que mantem o comportamento problema (McMAHON, 1996; OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005).

Podem existir diversas formas de ser aplicado, porém mantêm características comuns entre si: a) serem principalmente com os pais, sem muito contato entre terapeuta e a criança; b) conteúdos que abordam princípios de aprendizagem social; observação analítica dos comportamentos emitidos pela criança; uso de reforço positivo em forma de elogios e atenção; uso de punições e extinção leves como ignorar, custo de resposta e time-out; treino de dar instruções ou ordens claras; e c) como dar ordens, utilização de modelação e prática didática (MCMAHON, 1996).

No Treinamento de pais a participação dos cuidadores é tido como uma condição essencial na mediação de intervenções preventivas e terapêuticas. Olivares, Méndez e Ros (2005) apresentam três hipóteses para o grande índice de resultados favoráveis: a) Os problemas

infantis costumam estar ligados a situações bem específicas, assim, o ideal é que a intervenção ocorra imediatamente, no contexto em que ocorre; b) porque o ambiente familiar geralmente é o contexto natural dessas situações e onde se encontra muito das variáveis que mantêm o comportamento problema, os adultos e responsáveis tem acesso imediato ao comportamento prejudicial e possuem reforçadores extremamente significativos como atenção, afeto ou dinheiro; c) São os pais que costumam gerar e manter esses comportamentos, mesmo sem perceber, desse modo ensiná-los a identificar perceber estas contingências ajuda a extingui-los.

O Treinamento de Pais (TP) foge do ciclo de violência intergeracional na educação infantil ao focar nas dificuldades e deficiências nas habilidades sociais do pais ao interagir com seus filhos, como, por exemplo, a comunicação interpessoal, resolução de problemas, manipulação do estresse etc (MCMAHON, 1996; OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005). Dessa forma, o TP favorece o contexto familiar como mediador da saúde emocional de crianças e adolescentes, ajudando a minimizar as práticas educativas violentas no ambiente doméstico.

Na literatura brasileira são encontradas intervenções parentais que apresentam queixas com relação aos comportamentos dos seus filhos (SILVA; MENDES, 2013; GALLO et al, 2010; BOLSONI-SILVA; SILVEIRA; MARTURANO, 2008), programas de atendimento em grupo de pais com queixas de agressividade (EMIDIO; RIBEIRO; FARIAS, 2009; SOUSA; GOMIDE, 2005; LAMBERTUCCI; CARVALHO, 2008; MARINHO; SILVARES. 2001), programa para o desenvolvimento de habilidades sociais educativas parentais (BOLSONI-SILVA; BORELLI, 2012; BOLSONI-SILVA; SILVEIRA; MARTURANO, 2008), treinamentos para envolvimento e incentivo de pais à habilidade de estudos dos filhos (SOAREZ; SOUZA MARINHO, 2004), desenvolvimento de habilidades parentais para o manejo de problemas de saúde (ROCHA; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013), dentre outros, obtendo resultados promissores.

A possibilidade de trabalhar com grupos no TP se mostra especialmente vantajosa, por promover a troca de experiências e de apoio entre os participantes, potencializando seus ganhos terapêuticos através da aprendizagem entre os pares (VELASQUEZ et al., 2010). Esta modalidade de atendimento ainda permite que várias pessoas sejam atendidas de uma só vez, diminuindo filas de espera por terapias individuais, aproveitando melhor o tempo do profissional, e oferecendo também um menor custo aos clientes (OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005, LÕHR; SILVARES, 2006). Delitti (2008) destaca as possibilidades de uma terapia analítico comportamental em grupo: a análise das contingências no ambiente relacionadas às queixas; a percepção das próprias habilidades sociais; a apresentação de reforço social diversificado e imediato (por meio da escuta dos membros, a identificação com os problemas

dos demais participantes, a preocupação com a performance do grupo); e as oportunidades diversas de modelação (histórias dos indivíduos onde pode ser discutida e tomada como exemplo para novos repertórios, o comportamento habilidoso de um dos membros). Este formato dá condições tanto de uma aprendizagem ativa, por exemplo o participante apresenta os resultados de uma prática da intervenção, quanto de uma aprendizagem por observação, onde o participante adquirem novas perspectivas e conhecimentos através da exposição de um colega do grupo sobre a própria vivência (DELITTI, 2008).

Apesar de seu potencial, há consenso na literatura sobre a dificuldade de sucesso com todos os participantes, havendo muitos casos de evasão e desistência. Nesta direção Marinho (2000) discute alguns dos desafios para a intervenção com pais, a saber: famílias com apenas um dos pais; grupos minoritários; mães jovens e vivendo em um lar dirigido por pai ou mãe não biológico; nível de estresse percebido nos pais; história de comportamento antissocial em pelo menos um dos cuidadores; a presença nos filhos de comportamento antissocial mais crônicos e severos; dificuldades acadêmicas e contato da criança/adolescente com pares de comportamento antissocial. Estes fatores também poderiam afetar o nível de melhora destes familiares, a manutenção dos ganhos a longo prazo e o nível de satisfação parental em participar do programa (MARINHO, 2000). Conhecendo os fatores de risco para abandono da intervenção, Marinho (2000) buscou implementar cinco estratégias para prevenir a desistência, sendo elas a) um número reduzido de sessões b) levantamento de características parentais através de sessões pré-intervenção c) sessões extras e individuais com os pais que mostrassem dificuldade em acompanhar o grupo d) sanar dúvidas e dificuldade através de contato telefônico no intervalo entre as sessões e e) disponibilizar lanches para motivar e descontrair o grupo. Estas estratégias mostraram um índice de abandono inferior ao comum, sendo consideradas efetivas, porém sem total certeza de qual destas soluções teve o maior impacto para a produção desse resultado.

O Treinamento de Pais pode se mostrar eficiente nas resolução de problemas de comportamento como desobediências e agressividade, porém se mostra pouco efetivo em outras áreas, como problemas de ansiedade e depressão, o que pode estar ligado à curta duração das intervenções, que não seriam suficientes para lidar com estas dificuldades (OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005). Adolescentes aparentam ter mais dificuldade por estarem em etapas avançadas de desenvolvimento e apresentarem um repertório mais amplo de comportamentos-problema mais graves (McMAHON, 1996). A demora em lidar com problemas de comportamento em crianças pode ser precursora também de outros problemas de comportamento, como dificuldades acadêmicas e de relacionamento, assim como gerar

adolescentes com dificuldades comportamentais ainda maiores (McMAHON, 1996). As intervenções no grupo também apresentam dificuldades na manutenção de uma frequência regular dos participantes nas sessões, assim como nos índices de desistência.

As aplicações de intervenções como o Treinamento de Pais trazem os familiares para o centro da discussão e do tratamento dos problemas de comportamentos dos filhos, conferindo os meios necessários para a análise do contexto familiar e suas influências no desenvolvimento pessoal de seus membros. Mesmo que não tenha apresentado resultados favoráveis em todas as dificuldades comportamentais infantis, ainda possibilita aos pais grandes ganhos em habilidades educativas parentais úteis. A seguir serão apresentados os resultados da presente pesquisa e discutidos os dados obtidos à luz da literatura analítico comportamental.

## **5 OBJETIVOS**

### **5.1 Geral**

Realizar um levantamento bibliográfico das publicações nacionais sobre Treinamento de Pais que lidam com problemas de comportamento dos filhos com base na Análise do Comportamento.

### **5.2 Específicos**

- Mapear autores e/ou instituições que têm publicado sobre Treinamento de Pais na Análise do Comportamento.
- Identificar os métodos utilizados na aplicação da Orientação de Pais;
- Descrever os principais resultados de cada estudo;
- Discutir os resultados dessas pesquisas e programas

## 6 MÉTODO

### 6.1 Materiais

Computador com acesso à internet para busca e levantamento dos artigos publicados em meio eletrônico.

### 6.2 Base documental e procedimentos de coleta

A etapa de coleta de dados para a presente pesquisa foi realizada através de duas fontes:

- a) Levantamento de artigos em bases digitais de dados: periódicos indexados nos portais Lilacs, Scielo e Google Acadêmico no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2017. Essas bases de dados foram escolhidas por permitir a pesquisa por combinação de descritores e por incluírem publicações dos principais periódicos em *Análise do Comportamento Aplicada*;
- b) Levantamento em capítulos de livros – busca em uma obra representativa da produção nacional na área: Coleção *Sobre Comportamento e Cognição*, entre os volumes 1 ao 27, publicados entre 1997 a 2011, quando se encerrou.

A seleção das publicações em bases digitais de dados foi realizada por meio de descritores previamente escolhidos de acordo com sua frequência em pesquisas iniciais. Nas bases digitais de dados foram realizadas as pesquisas avançadas, utilizando as aspas para encontrar as palavras exatas e o operador booleano “AND” para as combinações de descritores. Assim, as combinações usadas foram: (a) “problemas de comportamento” AND “orientação de pais”; (b) “problemas de comportamento” AND “treinamento de pais”; (c) “problemas de comportamento” AND “práticas educativas parentais”; (d) “problemas de comportamento” AND “estilos parentais”. Para a seleção de capítulos da Coleção *Sobre Comportamento e Cognição* os mesmos descritores foram buscados de forma individual em um index dos sumários completos de toda coleção.

A partir dos resultados apresentados, foram incluídos os artigos e capítulos que (a) apresentavam uma proposta de intervenção no comportamento dos pais, mães ou cuidadores por meio de treinos, programas ou orientações para lidar com os problemas dos filhos; (b) com base na *Análise do Comportamento*; (c) no período de janeiro de 2007 à dezembro de 2017; e

(d) escritos em português. Os seguintes estudos foram excluídos: (a) que repetiam-se; (b) que tratassem do manejo de problemas de saúde dos filhos; (c) treinos e orientações voltados para outras populações (por exemplo, idosos e profissionais de saúde); (d) revisões, estudos teóricos ou de prevalência; (e) que não caracterizassem intervenções; e f) que fossem um estudo de caso.

### **6.3 Análise de Dados**

A pesquisa nas bases de dados digitais de cada uma das combinações de descritores identificou 3277 estudos (28 resultados no Scielo, 63 no Lilacs e 3186 no Google Acadêmico), levando à construção de uma tabela com todos os títulos para melhor análise. Foram lidos os títulos e resumos destes resultados afim de incluir ou excluir as pesquisas que não apresentavam as características necessárias para a análise pretendida neste trabalho, selecionando inicialmente 23 artigos de todos os títulos encontrados. Uma nova triagem foi realizada através da leitura completa dos artigos incluídos após a última etapa a partir dos critérios estabelecidos e foram selecionados 14 pesquisas finais para a análise através do referencial teórico da Análise do Comportamento. Tais dados foram quantificados e dispostos em quadros e/ou tabelas para melhor visualização das características, e reconhecimento de padrões e diferenças.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de cada uma das combinações de descritores nas bases de dados digitais identificou 3277 estudos. Uma leitura aprofundada destes reduziu o número final de artigos para 11. Nos livros da coleção *Sobre Comportamento e Cognição* (SCeC) a pesquisa foi realizada através do sumário completo das obras disponíveis, por se tratar de um material de referência na *Análise do Comportamento no Brasil*, obedecendo os mesmos critérios de inclusão e exclusão utilizados para a seleção de artigos. Nesta obra foram selecionadas três pesquisas, totalizando 14 estudos para a presente análise (Tabela 1). Nota-se aqui como a quantidade de publicações sobre o tema cresceu ao longo dos anos, principalmente através do meios digitais.

**Tabela 1** – Quantidade de estudos encontrados em cada fonte de pesquisa.

<b>FONTES DE PESQUISA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Artigos de periódicos	11
Capítulos da coleção "Sobre comportamento e cognição"	3
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

**Fonte** – Elaborado pelo autor.

Os estudos selecionados estão dispostos abaixo de acordo com as bases digitais de dados onde foram encontrados seus autores, ano de publicação e título (Quadro 1). Ao longo do texto, os estudos serão identificados a partir de numeração contida na primeira coluna à esquerda do quadro abaixo. Dentre esses estudos nota-se especialmente as contribuições de Bolsoni-Silva (estudos 4, 7, 12 e 13) como autora de quatro dos estudos selecionadas para esta pesquisa. Em seus estudos é possível perceber a presença de uma metodologia que se preocupa em detalhar as etapas da intervenção, como por exemplo, na estruturação dos temas e utilização de instrumentos para o pré teste e pós teste – em especial o uso do RE-HSE-P, do qual é autora – para identificar as dificuldades das famílias, assim como os ganhos após a intervenção. Também é dela, ao lado de Kanamota e Kanamota (2017) a publicação mais recente sobre o tema.

**Quadro 1** – Fonte de pesquisa, Autores, Ano de Publicação e Títulos dos artigos selecionados.

<b>N</b>	<b>Fonte de pesquisa</b>	<b>Autores e Ano de publicação</b>	<b>Título</b>
1	Coleção <i>SCeC</i>	ROCHA; BRANDÃO, 1997	A importância do autoconhecimento dos pais na análise e modificação de suas interações com os filhos.
2	Coleção <i>SCeC</i>	SOUSA; GOMIDE, 2005	Adolescentes em conflito com a lei: uma proposta de intervenção sobre as práticas educativas maternas.
3	Google Acadêmico	LAMBERTUCCI; CARVALHO, 2008	Avaliação da efetividade terapêutica de um programa de treinamento de pais em uma comunidade carente de Belo Horizonte
4	SCIELO	BOLSONI-SILVA et al., 2008	Avaliação de um programa de intervenção de habilidades sociais educativas parentais: um estudo-piloto
5	Google Acadêmico	SILVA; MENDES, 2013	Efeitos da consultoria colaborativa com familiares na prevenção de problemas comportamentais infantis
6	Google Acadêmico	OLIVEIRA; ALVARENGA, 2015	Efeitos de uma intervenção com foco nas práticas de socialização parentais sobre os problemas internalizantes na infância
7	Google Acadêmico	KANAMOTA; BOLSONI-SILVA; KANAMOTA, 2017	Efeitos do programa Promove-Pais, uma terapia comportamental aplicada a cuidadoras de adolescentes com problemas de comportamento
8	Google Acadêmico	MOURA et al., 2007	Efeitos dos procedimentos de videofeedback e modelação em vídeo na mudança de comportamentos maternos
9	Google Acadêmico	GALLO, 2010	Intervenção em grupo para ensino de práticas parentais a mães de crianças com problemas de comportamento
10	Coleção <i>Sobre Comportamento e Cognição</i>	MARINHO; SILVARES. 2001	Modelos de orientação a pais de crianças com queixas diversificadas.
11	Google Acadêmico	NOGUEIRA; RODRIGUES; ALTAFIM, 2013	Práticas educativas de mães de bebês: efeitos de um programa de intervenção
12	Google Acadêmico	BOLSONI-SILVA; SILVEIRA; MARTURANO, 2008	Promovendo habilidades sociais educativas parentais na prevenção de problemas de comportamento
13	LILACS	BOLSONI-SILVA; BORELLI, 2012	Treinamento de habilidades sociais educativas parentais: comparação de procedimentos a partir do tempo de intervenção
14	Google Acadêmico	TOLEDO; COSER, 2015	Treinamento para pais de adolescentes: Aprendendo conceitos comportamentais e práticas parentais para atuar na fase da adolescência

**Fonte** – Elaborado pelo autor.

Os objetivos de cada estudo foram inseridos no Quadro 2 para permitir a comparação com os resultados da pesquisa em seus participantes. Dentre os pais, as habilidades mais

desenvolvidas foram “aprender a discriminar as contingências que estabelecem o comportamento, incluindo o próprio” (1, 9, 10, 12 e 14), e a “interagir e dialogar com os filhos com mais frequência” (4, 5, 7 e 14), enquanto nos filhos foram observados principalmente uma diminuição dos comportamentos agressivos e de oposição (3 e 12), assim como o aumento da obediência (5 e 12). Estes resultados podem apontar o uso de Treino de Pais como uma possibilidade eficaz de combater os principais comportamentos problemas enfrentados (agressividade e oposição). Segundo Zazula e Haydu (2012) ao ensinar os pais a manipular contingências ambientais na interação com os filhos aumenta a probabilidade dos mesmos manejarem de forma eficaz situações difíceis.

**Quadro 2** – Objetivo das intervenções e Habilidades desenvolvidas nos pais e filhos. (Continuação)

N	Objetivo	Habilidades dos pais	Comportamento dos filhos
1	Estimular o autoconhecimento dos pais para se perceberem como atuantes no comportamento dos filhos.	Discriminar as contingências atuantes sobre seus próprios comportamentos enquanto pais  Discriminar seus comportamentos como parte de contingências atuando sobre os comportamentos dos filhos.	-
2	Elaborar e avaliar um programa de intervenção grupal em práticas parentais para mães e descrever as práticas educativas adotadas.	-	-
3	Investigar a efetividade de um modelo de treinamento de pais adaptado para um contexto socioeconômico desfavorável e discutir as implicações de sua implementação.	-	Diminuição de comportamentos impulsivos,  Diminuição de comportamentos opostos  Diminuição de comportamentos agressivos.
4	Descrever os efeitos de uma intervenção com pais e mães para promover habilidades sociais educativas.	Usar mais práticas parentais positivas do que práticas parentais negativas;  Conversar mais com os filhos;  Estabelecer estratégias para lidar com comportamentos “indesejados”;  Elogiar (reforçar) comportamentos “desejados”;  Diminuir cobranças excessivas;  Estabelecer limites e regras;	-

(Continuação)

		Fazer pedidos; Cumprir promessas	
5	Desenvolver, implementar e avaliar um programa de intervenção para familiares, com base no modelo de Consultoria Colaborativa Escolar, voltado para prevenir problemas de comportamento.	Melhor monitoramento positivo Maior comportamento moral Diminuir a disciplina relaxada e monitoria negativa Ter mais paciência e também a se acalmar antes de resolver situações conflituosas com os filhos, evitando assim agressões físicas Demonstra mais interesse Conversa mais com os filhos Retirar a atenção do filho quando ele ficava emburrado sem apresentar motivo para isso Ser consistente e firme diante de comportamentos inadequados Evitar fazer uso de supervisão estressante Ter momentos de lazer com os filhos. Dividir a responsabilidade com o parceiro	Obedecer mais os pais Seguir as regras da casa Reconhecer o erro e pedir desculpas aos pais pelo que fez Brigar menos com os irmãos Serem mais extrovertidos
6	Avaliar o efeito de uma intervenção grupal breve, direcionada às práticas de socialização parentais, sobre os problemas internalizantes na infância.	-	-
7	Descrever os efeitos do “Programa de atendimento em grupo para pais” (Bolsoni-Silva, 2007) ou PROMOVE-PAIS (Tozze, 2016) aplicado em terapia individual com mães, além de avaliar os efeitos da intervenção no comportamento dos filhos destas mães.	Interagir com o filho mais vezes e com maior frequência; Iniciar e manter diálogos sobre assuntos diversos com os filhos; Ser mais positivo quanto às ações dos filhos.	Manter diálogos com suas mães/cuidadoras Redução nos problemas de comportamento
8	Comparar os resultados do uso dos procedimentos de <i>videofeedback</i> e modelação em vídeo quanto à agilidade na produção de mudanças comportamentais dos pais	Aumentar os elogios descritivos; Aumentar os elogios genéricos; Diminuir as frequência de críticas; Diminuir a quantidade de comandos.	-
9	Avaliar os efeitos de um programa de ensino de habilidades parentais para	Reconhecer suas práticas inadequadas	-

(Conclui)

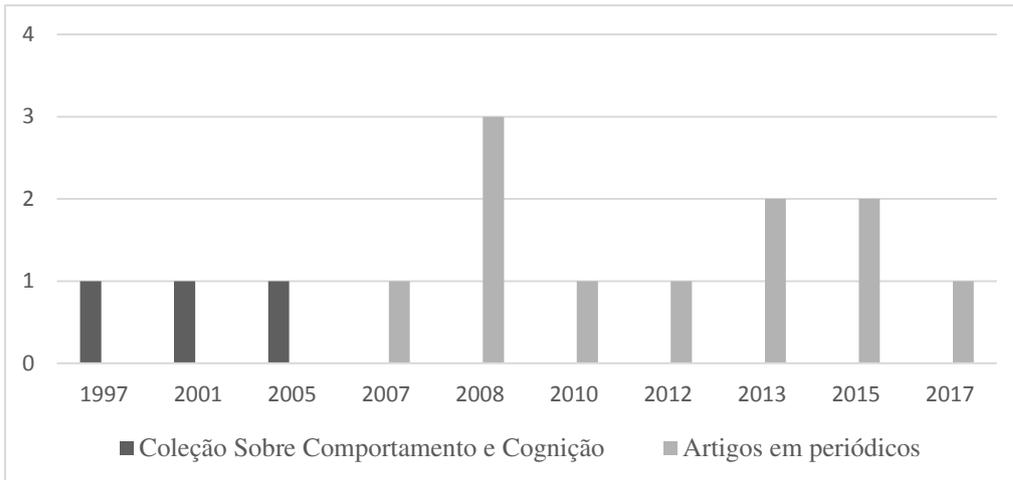
	mães de crianças e adolescentes com problemas de comportamento, com base no trabalho de Gallo e Williams (2010).		
10	Descrever as diferentes formas de orientação a pais em grupo utilizados na prática da clínica-escola da UEL.	Aplicar a análise funcional para discriminar o comportamento da criança e reforçar diferencialmente; Diminuir o uso de ordens e críticas.	-
11	Avaliar a efetividade de um programa de intervenção realizado com mães adolescentes e mães adultas, mediante a comparação das práticas educativas maternas.	Melhor monitoria positiva.	-
12	Descrever os efeitos de um procedimento de intervenção que pretendeu melhorar as interações estabelecidas entre pais e filhos.	Iniciar e manter diálogos com os filhos com maior frequência; Se expressar melhor o que desejam dos filhos; Chegar à acordos com o cônjuges, evitando brigas e desentendimentos; Cumprir promessas Discriminar os comportamentos indesejáveis dos filhos. Estabelecer regras Admitir erros Dizer não com explicação	Escutar e obedecer aos pais com mais frequência Menos brigas; Menor comportamento de oposição Menor frequência de mentiras.
13	Comparar dois procedimentos de intervenção com pais que buscaram atendimento com queixas de dificuldades de relacionamento com seus filhos	-	-
14	Descrever e avaliar um treinamento de pais de adolescentes, elaborado para fornecer instrumentos de ação mais concreta e eficaz a fim de colaborar com o desenvolvimento de seus filhos	Reforçar através de elogios e agradecer favores Perguntar sobre lugares a que vão e com quem estão (monitoria positiva) Dialogar mais com os filhos de forma adequada Reconhecer e gratificar os filhos por comportamentos adequados Ensinar comportamentos morais Dar ordens e agradecer	-

Fonte – Elaborado pelo autor.

No Quadro 2 acima também foram listadas as habilidades desenvolvidas nos pais durante a intervenção de cada estudo e como elas afetaram o comportamento dos filhos. Algumas pesquisas não especificaram seus resultados, tanto nos familiares que sofreram a intervenção diretamente (2, 3, 6 e 13), quanto a influência destes nas crianças e adolescentes (1, 2, 6, 8, 9, 10, 11, 13 e 14), o que pode prejudicar a análise e compreensão destes dados e dificulta futuras replicações e implementações da intervenção por outros pesquisadores. Acredita-se que o treino de pais além do ensino de habilidades também visa que os participantes possam desempenhar o que foi ensinado, a fim de produzir modificações no comportamento dos filhos aumentando a emissão de comportamentos socialmente adequados (ZAZULA; HAYDU, 2012), desse modo, sem as referidas informações não é possível afirmar se os objetivos foram alcançados tão pouco identificar se houve generalização do que foi aprendido para o ambiente natural. Uma hipótese levantada para a ausência de dados seria o fato de que muitos desses estudos ocorreram em clínicas-escola o que pode dificultar, em função do tempo destinado a realização das atividades acadêmicas, a realização de procedimentos de follow-up que poderia confirmar os ganhos obtidos nas intervenções.

Observando o Gráfico 1 a seguir, sobre o número de pesquisas por ano, podemos perceber uma baixa taxa de publicações anuais sobre o tema, variando entre zero a 2 estudos por ano, com um pico de três publicações no ano de 2008 (3, 4 e 12). A ausência de mais estudos sobre o tema por ano não significa, necessariamente, que o Treino de Pais não vem sendo aplicado no Brasil, mas que aponta para as dificuldades em sua pesquisa e publicação, principalmente devido à pouca generalização dos resultados para o ambiente familiar e consequente abandono da intervenção ao longo do tempo pelos pais (SILVARES, 2000). É importante que futuras pesquisas se aprofundem nessa questão, e até mesmo proponham formas de expandir a publicação desses estudos.

**Gráfico 1** – Número de pesquisas por ano.



Fonte – Elaborado pelo autor.

O Quadro 3 apresenta as características das amostras nas intervenções selecionadas. Para melhor compreensão da coluna “Público-Alvo” iremos identificar aqui os termos “Pais” e “Mães” de acordo com o gênero do participante, mantendo o termo “Famíliares” quando se tratar de um público-alvo misto, incluindo avós, avôs, tias e tios, assim como outros possíveis responsáveis legais.

Quadro 3 – Características das amostras nas intervenções selecionadas.

(Continuação)

N	Público-Alvo	Participantes	Média Idade	Gênero
1	Famíliares	9	36	6 M 3 H
2	Mães e Filhos	5 díades	-	5 M
3	Famíliares	14	30	13 M 1 H
4	Famíliares	9	43	7 M 2 H
5	Famíliares	18	-	17 M 1 H
6	Famíliares	14	37	13 M 1 H
7	Mães	3	-	3 M
8	Mães e filhos	2 díades	36,5	2 M
9	Mães	8	40	8 M
10	Famíliares	38	30	26 M 12 H
11	Mães	40	-	40 M

(Conclui)

12	Familiares	14	41,5	10 M 4 H
13	Familiares	26	-	20 M 6 H
14	Familiares	12	-	7 M 5 H

Fonte – Elaborado pelo autor.

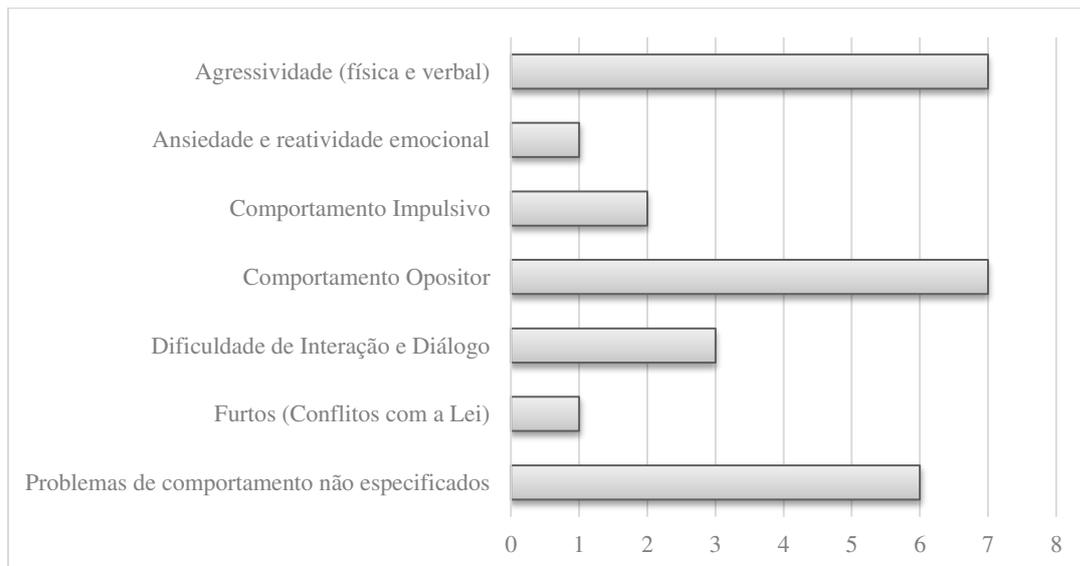
É interessante notar como cinco dessas publicações são voltados exclusivamente para mães ou cuidadoras femininas (2, 7, 8, 9 e 11), enquanto os demais estudos, apesar de abrirem uma oportunidade para todos os membros da família, são compostos principalmente de mães, tias e avós. Este dado pode apontar diversas possibilidades, como a indisponibilidade dos pais participarem por causa do trabalho, uma maior flexibilidade da mãe, ou até mesmo o contingente de mães solteiras existentes. Borsa e Nunes (2011) discutem a diferença entre a quantidade de estudos sobre a relação mãe-filhos ser maior em comparação com os estudos sobre pais-filhos, apontando para uma possível visão cultural do papel da mãe como principal responsável pelo desenvolvimento da criança e sua educação. Mesmo que seja de interesse do pesquisador fazer os treinamentos com o casal, é mais comum conseguir a presença de somente um dos pais, geralmente a mãe por sua maior proximidade e disponibilidade. Apesar disso, alguns estudos (14, 10) destacam a relação entre pai e filho como a principal fonte de desentendimentos, sendo objeto dessas intervenções reverter essa problemática.

A faixa etária do filhos com problemas de comportamento não foi descrita em várias das pesquisas selecionadas, o que pode sugerir que esta foi considerada pelos pesquisadores uma característica que pouco influenciou nos resultados encontrados. Uma hipótese para a ausência destes dados é que os temas elaborados em cada intervenção não dependiam de um problema comum à uma determinada idade dos filhos, o que é coerente com a visão analítico-comportamental de desenvolvimento que embora leve em consideração a idade do indivíduo em suas interpretações acredita que seja a interação do indivíduo com o meio físico e social que produz o comportamento, desse modo o produto final está diretamente relacionado a história ambiental única e particular de cada indivíduo, sendo influenciado por aspectos filogenéticos, ontogenéticos e culturais (VASCONCELOS; NAVES; ÀVILA, 2010).

As buscas pelo descritor “problemas de comportamento” englobaram classes variadas de respostas sociais infantis consideradas indesejadas pelos pais e que se tornaram alvo das intervenções, sendo por muitas vezes trabalhadas várias delas em uma mesma pesquisa. O Gráfico 2 apresenta os principais tipos de problemas enfrentados pelos pais, com os comportamentos de agressividade sendo um dos mais frequentes (2, 3, 9, 10, 12, 13 e 14)

seguido de comportamentos opositores (2, 3, 8, 10, 12, 13 e 14). Na medida em que algumas pesquisas procuraram relatar especificamente quais os comportamentos individuais eram referidos pelos pais, outras preferiram usar apenas o termo genérico “problemas de comportamento” para o conjunto, sem especificá-los (1, 4, 5, 7, 11 e 14). O desenvolvimento de problemas de comportamento como estes podem estar ligados diretamente à uma educação que utiliza gritos, surras e palmadas para tentar disciplinar os filhos. O uso de coerção frequente pode modelar o comportamento da criança, que aprende a usar a agressão como forma de se expressar com outras pessoas (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2003), assim como pode torná-la progressivamente menos sensível ao uso de violência, aumentando a reincidência do comportamento problema e as chances da punição física parental aumentar de intensidade (GOMIDE, 2003).

**Gráfico 2** – Frequência das demandas.



**Fonte** - Elaborado pelo autor.

Alguns dos termos encontrados nos estudos se referem a classes de respostas que visam abranger comportamentos específicos. Achenbach e Edelbrock (1979) propõe o agrupamento de comportamentos como agressividade, oposição, irritabilidade, desobediência e furtos como problemas externalizantes, enquanto comportamentos de isolamento social, tristeza, retraimento, ansiedades e excesso de apego são considerados problemas internalizantes (BOLSONI-SILVA; SILVEIRA; MARTURANO, 2008). Porém, estas descrições focam em como o comportamento se apresenta, muitas vezes desconsiderando que uma mesma ação pode estar relacionada à motivos diferentes. O uso de expressões como “interno” e “externo” se refere à presença de sintomas e aspectos corporais, podendo reforçar uma linguagem própria

do senso comum e dificultar um recorte comportamental contextual (BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE, 2003; ALVARENGA; WEBER; BOLSONI-SILVA, 2016). Através da análise de contingências é possível identificar a função e o contexto dos comportamentos, proporcionando uma intervenção mais objetiva e eficaz do que uma pura descrição topográfica do comportamento poderia proporcionar.

O local da execução onde os programas de intervenções foram aplicadas também pode fornecer informações relevantes sobre seu desenvolvimento. A tabela 2 a seguir mostra a distribuição de estudos nos ambientes nos quais foram realizadas a coleta de dados, com a maior parte das pesquisas acontecendo em clínicas-escola de universidades (4, 7, 9, 10, 12 e 13), um espaço que tem por objetivos a formação clínica de futuros psicólogos e o oferecimento de atendimento psicológico à população em geral, realizado sob supervisão de profissionais qualificados (LÖHR; SILVARES, 2006; MARAVIESKI; SERRALTA, 2011). A facilidade de acesso a esse espaço deve-se ao caráter educacional e de apoio à alunos e pesquisadores, assim como seu baixo custo aos clientes, o que pode explicar a frequência com que as clínicas-escola aparecem nos estudos desta temática. Além disso, ao oferecer uma psicoterapia gratuita (ou de baixo custo) as clínicas-escola recebem várias demandas espontâneas, encaminhamentos de médicos, escolas e locais de trabalho (LÖHR; SILVARES, 2006; AMARAL et al, 2012).

As escolas também apareceram como local para intervenção (5 e 6), foram identificados alunos que apresentavam problemas de comportamento naquele ambiente e convidaram os pais para participarem da pesquisa. A categorias “Outros” (2, 3 e 14) agrupa os demais ambientes comunitários e sociais que serviram como referência para as famílias (igrejas, creches e a Vara da Infância e Juventude), reunindo diferentes famílias de forma frequente, o que facilitou a mobilização para as ações propostas. Nenhum dos estudos selecionados realizou observação diretamente na casa dos participantes, afim de apreender dados mais acurados, o que pode dificultar a generalização de comportamentos para o ambiente real onde as interações pais e filhos ocorrerem (MATSON; MAHAN; LOVULLO, 2009).

**Tabela 2** – Quantidade de estudos em cada ambiente de intervenção.

<b>Ambiente</b>	<b>Número de estudos</b>
Clínica escola / Academia	6
Outros	3
Escola dos filhos alvo de intervenção	2
Não especificado	2

**Fonte** – Elaborado pelo autor.

A Tabela 3 dispõe a frequência de determinados instrumentos nas intervenções pesquisadas. Os instrumentos tiveram a função de realizar as avaliações prévias das situações parentais e infantis (pré-intervenção) e conferir as possíveis modificações produzidas ao fim da intervenção (pós-intervenção), não servindo como base para análise dos casos individuais dos membros do grupo. A aplicação do Child Behavior Checklist (CBCL), Inventário de Comportamentos da Infância e da Adolescência, foi bastante utilizado, aparecendo em cinco dos estudos (9, 12, 7, 6 e 10). Apesar de ser construído com base na população dos Estados Unidos, o CBCL tem se mostrado bastante efetivo em diferentes países, identificando a presença de problemas de comportamento a partir da frequência das respostas fornecidas (KANAMOTA; BOLSONI-SILVA; KANAMOTA, 2017).

**Tabela 3** – Frequência dos Instrumentos utilizados nas intervenções.

<b>Instrumentos utilizados</b>	<b>Frequência de uso</b>
Inventário dos comportamentos de crianças entre 1½ e 5 anos (CBCL/1½-5 anos);	5
Inventário de estilos parentais (IEP)	4
Roteiro de entrevista de habilidades sociais educativas parentais (RE-HSE-P)	4
Roteiro de entrevista elaborado pelos autores	4
IHS-DEL PRETTE (índice de habilidades sociais);	3
Inventário de comportamentos inoportunos	1
Questionário de situações domésticas	1
Ficha de dados sócio demográficos;	1
Material para registro das interações mãe-filho	1
Inventário de satisfação do consumidor;	1
Inventário Beck de depressão;	1
Marital Adjustment Test	1
Inventário de assertividade Rathus.	1

**Fonte** – Elaborado pelo autor.

Outro instrumento também utilizado, com algumas adaptações, foi o Inventário de Estilos Parentais (IEP) aparecendo em quatro estudos (2, 5, 9 e 11). O IEP (GOMIDE, 2006) tem como objetivo avaliar a maneira como os pais educam seus filhos, apresentando duas formas de ser aplicado: uma na qual os pais respondem sobre as próprias práticas parentais, e na outra é o filho que responde sobre as práticas educativas dos pais (SILVA; MENDES, 2013). Já o Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais (RE-HSE-P) (BOLSONI-SILVA, 2008) foi utilizado em quatro estudos (4, 7, 12 e 13) por possibilitar a

análise das relações funcionais entre os comportamentos dos pais e dos filhos de acordo com a frequência e a qualidade das habilidades sociais de ambos, assim como suas variáveis de contexto (BOLSONI-SILVA; SILVEIRA; MARTURANO, 2008; KANAMOTA; BOLSONI-SILVA; KANAMOTA, 2017). Estes instrumentos geralmente são utilizados em conjunto com outros, conforme apresentados no Quadro 3, para investigar as relações e dificuldades dos participantes com os filhos, como por exemplo a gravidade da situação, e preparar intervenções específicas para as suas demandas.

Destaca-se nas pesquisas encontradas neste trabalho o uso de instrumentos padronizados na identificação da presença de problemas de comportamentos em lugar de análises de contingências dos comportamentos presentes na interação pais e filhos. Uma hipótese levantada diz respeito a facilidade de manejo dos instrumentos considerando a quantidade de membros que compõe os grupos, enquanto que o registro de comportamentos depende da observação de sua ocorrência pelos pais e/ou pesquisador em ambiente natural, o que requer preparação e treino para a sua execução e representaria um investimento de tempo no treino de observadores.

Um recurso utilizado com frequência refere-se à elaboração de um roteiro de entrevista criado especialmente para aquele estudo (5, 8, 9 e 14). Dentre eles, três apresentavam uma estrutura mais flexível dos temas a serem abordados e trabalhados (5, 9 e 14), o que pode justificar sua opção por um instrumento próprio para analisar os problemas de pesquisa, já que não é feita a análise funcional de cada comportamento infantil e familiar nas sessões de terapia em grupo. Levanta-se a hipótese de que a criação destes roteiros específicos buscava alcançar respostas mais contextualizadas, de forma mais simples e econômica, e assim planejar as sessões conforme às necessidades do grupo.

É possível analisar os procedimentos aplicados em cada estudo através da estruturação do Quadro 4 a seguir. Os temas discutidos nas sessões possuíam como principal objetivo ensinar os pais a discriminarem seus comportamentos no contexto familiar e a realizar análises funcionais das contingências que atuam na criação e manutenção de comportamentos, e para que isto ocorresse foi necessário que eles aprendessem conceitos básicos da Análise do Comportamento, como por exemplo o uso de reforçamento para aumentar a probabilidade de comportamentos saudáveis, as consequências do uso de coerção, estabelecimento regras, e processos de modelação (imitação de outros membros do grupo) e modelagem (aproximações sucessivas do comportamento alvo por meio das tarefas para casa). As técnicas e procedimentos citados pelos autores para ensinar os pais a lidarem com os comportamentos dos filhos e estabelecerem novas interações entre pais e filhos foram: discriminação, vídeo modelação, modelação, modelagem, treino de habilidades sociais, treino de combate ao estresse, atenção

diferencial, role play ou ensaio comportamental, análise funcional/contingências, reforçamento, resolução de problemas, tarefa de casa, observação, discussão com o pesquisador e registro de comportamento. Para Zazula e Haydu (2012) o treino de pais constitui-se em campo importante de atuação do analista do comportamento, visto que a aplicação dos princípios comportamentais da Análise do Comportamento podem auxiliar os pais na escolha de estratégias eficazes ao manejo comportamental infanto-junvenil. Oliveira, Mendes e Ros (2005) inserem a capacitação de pais dentro de uma perspectiva ética, pois acreditam que eles têm direito a educarem seus filhos promovendo saúde, prevenindo problemas de conduta e gerando comportamentos pró-sociais.

**Quadro 4** – Procedimentos aplicados em cada estudo.

(Continuação)

N	Procedimento	Delimitação
1	Foi realizada uma intervenção em um grupo de pais, dividida em 4 etapas ao longo de 15 sessões semanais. Os temas das etapas foram decididos previamente da seguinte forma: 1) Pais falam sobre os filhos 2) Pais falam das interações e influências 3) Pais falam sobre si mesmos 4) Pais estabelecem novas contingências. Estas discussões pretendem ensinar os pais a discriminar seus comportamentos na relação familiar e assim como podem contribuir para uma mudança com os filhos.	Sem pré-intervenção ou pós-intervenção Sem Seguimento
2	Uma intervenção em grupo de mães com base no modelo de práticas educativas de Gomide (2003). Foram realizadas oito sessões, duas vezes por semana, totalizando um mês de intervenção. Nestas sessões eram abordados diversos temas, planejados previamente pelos interventores, em especial aqueles que ensinavam a discriminar as relações coercitivas e os padrões de interação agressiva entre mães e filhos.	Com pré-teste e pós-teste Sem Seguimento
3	Um modelo de treinamento de pais adaptado, a partir de Barkley (1997) por Pinheiro et al. (2002), em 6 etapas ao longo de 8 sessões semanais (2 meses). Os temas de cada sessão foram decididos previamente pelo pesquisador: 1) “por que as crianças se comportam mal?” 2) “prestando atenção ao bom comportamento de seu filho” 3) “aumentando a brincadeira independente” 4) “dando ordens eficientes” 5) “ensinando seu filho a ler o ambiente” 6) “melhorando o contato com a creche/escola”.	Com pré-teste e pós teste Sem Seguimento
4	Intervenção em grupos de pais, afim de suprir as limitações de Silva et al. (2000). Foram divididas em cinco etapas ao longo de 22 sessões de intervenção e oito de avaliação (aproximadamente oito meses). As sessões possuíam objetivos pré-estabelecidos, mas flexíveis quanto à demanda dos participantes. Cada sessão focou um aspecto: 1) investigação das dificuldades no ambiente familiar e realização de análises funcionais; 2) treino de habilidades sociais (por meio de técnicas como modelação, modelagem, reforçamento e role-playing); 3) base teórica na área e diagnósticos realizados na fase de avaliação; 4) discussão acerca do tema, e propostas de intervenção; 5) avaliação dos procedimentos e tarefas para casa, que podiam ser gerais e/ou específicas para cada participante.	Com Pré-teste e Pós-teste Sem seguimento
5	Programa de intervenção para familiares, com base no modelo de Consultoria Colaborativa Escolar. Foram realizadas 8 sessões quinzenais (4 meses). As sessões possuíam objetivos pré-estabelecidos,	Com pré-teste e pós-teste Sem Seguimento

(Continuação)

	mas flexíveis quanto à demanda dos participantes. Cada sessão focou um aspecto: 1) afeto e atenção 2) limites e regras 3) tarefa: como estabelecer regras 4) comportamento consistente dos pais 5) consequências negativas da punição e tarefa de recompensas 6) reforço discriminado 7) monitoria positiva 8) comportamento moral (modelo parental).	
6	Intervenção em grupo em três escolas diferentes, com 12 sessões semanais na escola “A” e oito encontros nas demais escolas. Foram trabalhados temas propostos pelos pesquisadores em duas fases. A Fase 1 focou em princípios da análise do comportamento e habilidades sociais: 1) apresentação e informações básicas 2) empatia e expressão de sentimentos 3) conversas e opiniões 4) os comportamentos considerados bons e preocupantes: reforço positivo. Na Fase 2 seriam as práticas de socialização parentais: 5) práticas intrusivas 6) assertividade e consistência 7) monitoramento positivo e flexibilidade, e 8) resolução de problemas e autonomia. Foram utilizadas as seguintes estratégias comportamentais: observação e registro de comportamento, análise de contingências, ensaio comportamental, modelação, dinâmicas de grupo e tarefas de casa.	Com pré-teste e pós-teste  Sem Seguimento
7	Programa de atendimento em grupo para pais com base no programa de Tozze (2016). Foram 14 sessões com objetivos pré-estabelecidos, mas flexíveis quanto à demanda dos participantes. Os temas das sessões foram: 1) apresentação e iniciar e manter conversações 2) fazer e responder perguntas 3) Dar e receber feedback positivo 4) direitos humanos 5) Expressar e ouvir opiniões 6) conhecer diferenças entre comportamento habilidoso 7) expressar sentimentos negativos 8) fazer e recusar pedidos 9) lidar com críticas, admitir próprios erros, pedir desculpas 10) consistência parental 11) atitudes dos pais que dificultam o estabelecimento de limites aos filhos 12) ignorar comportamentos problema e consequenciar esquemas de reforço 13) solicitar mudança de comportamento, estabelecer e consequenciar regras 14) tema livre.	Com pré-teste, pós-teste  Com seguimento após seis meses
8	Orientação de mães por meio de videofeedback e modelação. Na fase de intervenção foram trabalhados temas propostos pelos pesquisadores em seis sessões, ou etapas, contando o pré-teste e o pós-teste: 1) <i>Avaliação pré-intervenção</i> com brincadeiras gravadas em vídeo com cada dupla mãe-criança; 2) <i>Intervenção individual com as mães</i> sobre seu desempenho na sessão anterior e orientações para melhora. Em seguida, foram aleatoriamente designadas para um dos dois procedimentos: Sessão de modelação em vídeo ou Sessão de videofeedback; 3) <i>Avaliação Intermediária com as mães</i> em nova sessão com seu filho uma semana após a orientação; 4) <i>Intervenção individual</i> com as mães sobre seu desempenho na segunda sessão e orientação quanto ao que precisava melhorar. Em seguida, os procedimentos de intervenção foram invertidos; 5) <i>Avaliação Pós-Intervenção com mães e filhos</i> em um jogo livre; 6) <i>Seguimento de um ano com as mães</i> um ano após o término da intervenção nos moldes da etapa um.	Com pré-intervenção e pós-intervenção  Com seguimento após um ano
9	Intervenção em grupo com base no modelo de intervenção com famílias de adolescentes em conflito com a lei desenvolvido por Armstrong <i>et al.</i> (2003a, 2003b) e adaptado por Gallo e Williams (2010). Foram realizadas dez sessões através de temáticas flexíveis, se baseando na demanda dos participantes durante a entrevista inicial. Envolveu o treinamento de habilidades de combate ao estresse, estilos parentais, estabelecimento de limites e uso de disciplina não coercitiva.	Com pré-teste e pós-teste  Sem Seguimento
10	Intervenção em grupo com 12 sessões semanais com duração de 90 minutos cada. As sessões foram divididas por temáticas, com tarefas	Com pré-teste e pós-teste

(Conclui)

	para casa: 1) apresentação do programa 2) comportamentos adequados e o uso de reforço 3) dificuldades do uso do reforço; 4) comportamento infantil inadequado e atenção diferencial; 5) manutenção de comportamentos inadequados 6) empatia dos pais 7) compartilhamento com o grupo 8) análise funcional 9) passos do Guia para Solução de Problemas 10) plano de ação através do Guia e indicação de temas para as próximas sessões; 11) sexualidade 12) drogas e religião; feedback aos pais quanto nas áreas discutidas.	Com seguimento após dois meses
11	<i>Programa de intervenção com grupos de mães adolescentes e adulta.</i> Foram dez sessões com mães adolescentes e nove com mães adultas, com duração de duas horas cada uma. Na fase de intervenção foram trabalhados temas propostos pelos pesquisadores: ciclo vital, maternidade, desenvolvimento infantil, práticas parentais, sexualidade e projeto de vida. Para o grupo de mães adolescentes foi incluído um encontro com o tema adolescência.	Com pré-teste e pós-teste Sem Seguimento
12	Intervenção em grupos divididos em três, cada qual com três ou quatro participantes, duas vezes por semana ao longo de 20 sessões, com duração entre uma hora e meia e duas horas cada. Na fase de intervenção foram trabalhados temas propostos pelos pesquisadores e participantes, de acordo com a demanda: investigação da tarefa de casa; exposição dialogada acerca do tema da sessão; treino de repertórios relacionados ao tema, por meio de atividades de discussão e de <i>role playing</i> ; distribuição da tarefa de casa (referente ao comportamento trabalhado em sessão) e avaliação da sessão. Também foi entregue uma cartilha informativa aos participantes os temas abordados na sessão.	Com pré-teste e pós-teste Com seguimento após seis meses
13	Intervenção em grupo em 20 encontros com dois subgrupos: G1 com uma sessão por semana (duração de um ano letivo) e G2 com duas sessões por semana (duração de um semestre letivo). Na fase de intervenção foram trabalhados os seguintes temas, propostos pelos pesquisadores: habilidades sociais básicas no relacionamento dos pais com seus filhos, propondo tarefas de casa, discussões sobre os tópicos das sessões e treinamento de repertórios de comportamentos associados ao tema em questão.	Com pré-teste e pós-teste Sem Seguimento
14	Treinamento para pais de adolescentes em oito sessões de uma hora e meia cada ao longo de 2 semanas. Na fase de intervenção foram trabalhados os seguintes temas propostos pelos pesquisadores: 1) apresentação e reforço positivo 2) monitoramento positivo 3) comportamento moral e modelos morais 4) demonstração de afeto, dar ordens e ser ouvido 5) regras 6) comportamentos inadequados 7) drogas e sexualidade 8) feedback aos pais e os comportamentos dos filhos.	Com pré-intervenção e Pós-intervenção Sem Seguimento

Fonte – Elaborado pelo autor.

Foram abordadas habilidades sociais básicas (3, 4, 5, 6, 7, 13) de forma a inserir novos repertórios para lidar com as situações problema e práticas educativas, com destaque para as práticas educativas positivas, que podem contribuir para o bom desenvolvimento moral e autônomo, como o monitoramento positivo (5, 6, 9, 11, 14) e comportamento moral (5, 9, 11, 14). Sobre a relevância do treinamento prático, Weber (2003) já sugeriu que o envolvimento direto dos pais se constitui em estratégia útil para alterar práticas parentais ineficientes, promovendo em médio e em longo prazo interações mais saudáveis entre pais e filhos, bem

como sendo provável que os ganhos se estendam para interações no contexto social mais amplo dos indivíduos.

A duração das intervenções, quando especificada, variou de oito à 22 sessões, com a maioria ocorrendo uma vez por semana (1, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12 e 13), com duração variando de até duas horas por encontro; duas pesquisas estabeleceram duas sessões semanais (2 e 14), e uma não especificou a quantidade de encontros (8). Bolsoni-Silva e Borelli (2012) investigaram o tempo de intervenção como variável em um treinamento de habilidades sociais educativas parentais (a quantidade de sessões eram as mesmas, porém com um ou dois encontros por semana). Foi observado que o grupo com maior duração tinha apresentado uma melhora nas habilidades sociais dos pais e das crianças, porém no grupo com uma intervenção de menor duração mostrou uma diminuição dos problemas de comportamento em si (BOLSONI-SILVA; BORELLI, 2012). Nos estudos da presente pesquisa a quantidade de sessões (assim como sua duração e frequência) não apresentaram grande influência sobre os resultados, sendo esse um fator que variava de acordo com a quantidade de temas a serem discutidos nas intervenções.

Apesar das sessões possuírem objetivos pré-estabelecidos, algumas das pesquisas permitiram uma organização mais flexível, de forma a corresponder às demandas dos membros (4, 5, 6, 7, 9). As pesquisas abriam um espaço para escutar as queixas dos membros, oportunidade essa utilizada para inserir “temas” do dia, relembrar conceitos e pensar estratégias em conjunto. Além disso as sessões de pré-intervenção foram utilizadas para conhecer as dificuldades enfrentadas por esses familiares e cuidadores, de forma a estabelecer as dificuldades e déficits comportamentais do grupo e posteriormente analisar os ganhos da intervenção (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14). Como já discutido por Marinho (2000) é necessário que o terapeuta busque implantar estratégias para manter a participação dos pais em programas voltados para esta população, a fim de diminuir faltas e desistência, nesta direção a realização de sessão pré-intervenção para conhecer as características parentais e suas necessidades pode ser útil, da mesma forma a flexibilização de algumas sessões para serem trabalhadas as dificuldades colocadas pelos pais.

A coluna “Efetividade da intervenção” do Quadro 5 abaixo, mostra os resultados favoráveis em relação ao objetivo da pesquisa, indicando que todos os estudos apresentaram melhora nos comportamentos sociais de pais e filhos em relação à queixas encontradas no pré-teste, mesmo que em algumas destas pesquisas a diferença entre antes e depois da intervenção tenham sido menores (2, 6 e 9). Possíveis motivos para os resultados constados como “pouca diferença entre antes e depois” compreendem o objetivo do estudo e a taxa de desistência. O

objetivo da pesquisa seis foi avaliar o efeito de uma intervenção grupal sobre problemas de ansiedade e depressão, os quais o Treinamento de Pais pode se mostrar pouco eficaz (OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005). A quantidade de pessoas que desistem das intervenções e o número final de participantes a concluí-los também pode interferir em seus resultados, como na pesquisa de número nove, que iniciou com oito mães, porém apenas três concluíram as sessões programadas. As desistências e faltas tem se mostrado um desafio para os estudos de treinamento parental (OLIVARES; MENDEZ; ROS, 2005), com outros estudos também relatando esse aspecto (2, 3, 9, 12 e 15).

**Quadro 5** – Principais resultados e sua eficiência em cada estudo.

(Continuação)

N	Principais resultados das intervenções	Efetividade da intervenção
1	Foco no autoconhecimento dos pais, para discernir e questionar seus próprios comportamentos, voltando-se para relação com os membros do grupo, modelando e servindo como modelo.	Favorável
2	Foi ensinado aos pais a analisar o contexto familiar, ter mais empatia com a situação dos filhos e elaborar contingências de reforço adequadas para os filhos, porém as situações de dependência química agravam a situação, que demanda uma terapia ao invés de aconselhamento ou treinamento.	Pouca diferença entre antes e depois.
3	Redução de condutas desobedientes, agressivas e impulsivas manifestadas pelos filhos. Foi ensinado aos pais a analisar o contexto familiar e elaboração de contingências de reforço adequadas para os filhos.	Favorável
4	Aumento no escore de estilos parentais (mais práticas parentais positivas do que práticas parentais negativas) em 6 participantes (P1, P3, P4, P5, P7 e P9). Inalterado em P8 e redução de escores de P6 e P2. Aumento do uso de reforço e uso de ordens e pedidos. Menor número de práticas punitivas após a intervenção terapêutica.	Favorável
5	Aumento estatisticamente significativo no índice de estilo parental (monitoria positiva e comportamento moral). Houve diminuição estatisticamente significativa em dois índices: disciplina relaxada e monitoria negativa. Pais aprenderam a analisar o contexto familiar e elaborar contingências de reforço adequadas. Apoio do cônjuge na educação. Obediência aumentou, o que diminuiu as punições físicas. Filhos aumentaram da ação “pedir desculpas” por fazer algo errado.	Favorável
6	Não foram identificadas diferenças significativas para a escala de problemas internalizantes e para as síndromes reatividade emocional, ansiedade/depressão e retraimento. Somente a síndrome queixas somáticas apresentou diferença significativa entre os dois períodos avaliados, com menores escores no pós-teste.	Pouca diferença entre antes e depois.
7	Com exceção de um membro, que diminuiu o escore para Depressão/Isolamento mas que permaneceu como “clínico”, todos os demais problemas retratados nas escalas do CBCL obtiveram classificação normal ou diminuíram da classificação clínica para limítrofe. Já na Fase de seguimento, todas as medidas de percepção das mães/cuidadoras dos três adolescentes apresentaram classificação não clínica.	Favorável

(Conclui)

8	A sessão de modelação em vídeo foi efetiva para alterar significativamente as quatro categorias comportamentais, alvos da intervenção. Como resultado da segunda intervenção, o videofeedback, observou-se apenas manutenção dos ganhos adquiridos.	Favorável
9	Pouca diferença entre antes e depois. A redução dos indicadores de problemas de comportamento não foi expressiva, como no estudo base anterior (duas participantes indicaram que os filhos ainda apresentavam escores limítrofes e clínicos para problemas de comportamento). A média inicial foi de 76,8, e a final foi de 66,3. Talvez o programa tenha propiciado que as mães reconhecessem suas práticas inadequadas, mas tenha sido pouco efetivo em ensinar práticas adequadas.	Pouca diferença entre antes e depois
10	Comentários positivos da terapeuta e do grupo em relação ao comportamento infantil registrado pelos pais ajudou a mudar a percepção q tinham dos filhos. Ao avaliar positivamente os comportamentos adequados da criança deixa-se de ver essas atitudes como “obrigação” ou “naturais”, mas sim como méritos. Isso também permite aos pais se perceberem como mais eficientes que achavam que fossem.	Favorável
11	No Grupo 1 houve melhora estatisticamente significativa para a prática de monitoria positiva, já para as práticas negativas não foram verificadas diferenças significativas entre as duas avaliações (pré- e pós-intervenção). No Grupo 2 não houve diferença significativa para a prática monitoria positiva, enquanto nas práticas parentais negativas, o abuso físico piorou da 1ª para a 2ª aplicação do IEPMB, estatisticamente significativa de acordo com teste de Wilcoxon. Não foram verificadas diferenças significativas no pré e pós teste entre as outras três práticas negativas. Mães adultas usaram mais práticas de abuso físico, negligência e disciplina relaxada, porém sem diferenças significativas para as práticas monitoria positiva e punição inconsistente.	Favorável
12	Através dos resultados do CBCL na avaliação de seguimento, percebe-se que segundo o relato, quatro filhos melhoraram quanto aos “problemas internalizantes”, quatro melhoraram quanto à escala de “externalizantes” e cinco melhoraram quanto ao total de problemas. Aumento de habilidades sociais adquiridas.	Favorável
13	Para Habilidade Sociais Educativas o Grupo 1 metade de seus participantes tinham escore não clínico; enquanto no Grupo 2, doze pessoas apresentaram escore clínico e apenas duas que apresentaram escore não clínico. Para Práticas Negativas o Grupo 1 apresentou três pessoas com escores não clínico, porém, uma pessoa que apresentara escore não clínico, passou a apresentar no pós-teste. Para o Grupo 2, houve quatro superações, sendo assim, ao término da intervenção, houve resultados positivos para os dois grupos, pois apenas uma pessoa de cada grupo, apresentou escore clínico. Para as habilidades sociais infantis (HS) o Grupo 1 obteve seis pessoas com escore clínico, e seis pessoas com escore não clínico; e do Grupo 2, como no pré-teste, onze pessoas apresentaram escore clínico e três escore não clínico.	Favorável
14	Aumento de práticas parentais positivas, estabelecendo regras através de ordens e pedidos, utilizando reforço em forma de elogios e aumentando o comportamento moral.	Favorável

Fonte – Elaborado pelo autor.

De acordo com os dados obtidos, observou-se uma dificuldade nas pesquisas estudadas a respeito de sua aplicação, como por exemplo as faltas e desistências dos participantes antes

da conclusão das intervenções, ou casos mais graves que envolviam uso de drogas, não conseguindo abarcar toda a complexidade da demandas. Contudo, os ganhos da utilização do Treino de Pais foram percebidos em todas as pesquisas, indicando as contribuições que intervenções como estas podem oferecer no tratamento de problemas de comportamento dos filhos.

No presente estudo notou-se como limitações para análise do tema proposto: a quantidade de publicações durante o recorte de dez anos; a falta de dados sobre o público-alvo; e a ausência de alguns dados sobre as aplicações dos treinos, bem como os resultados obtidos. Conseqüentemente essas dificuldades podem repercutir na inviabilidade de futuras aplicações dos referidos programas de intervenção.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fácil e comum utilização de palmadas e surras na educação dos filhos está diretamente ligada aos seus efeitos imediatos e ganhos para o punidor, porém suas consequências a longo prazo podem se mostrar preocupantes, como por exemplo a presença de problemas de depressão, baixa autoestima, agressividade, envolvimento com drogas, entre outros. Por esta razão, o desenvolvimento de intervenções como o Treinamento de Pais com base Analítico-Comportamental pode se mostrar uma alternativa eficiente de resolver problemas de comportamento infantil ao desenvolver as habilidades dos pais.

As pesquisas encontradas e discutidas neste trabalho apresentaram resultados favoráveis à aquisição de novos comportamentos e práticas aos participantes, mesmo que algumas pesquisas tenham apresentado pouca diferença entre os dados de pré-teste e pós-teste. Os principais métodos aplicados nas intervenções constituíram-se de sessões, organizadas em temas, que abordavam princípios da Análise do Comportamento, práticas educativas parentais e habilidades sociais, tendo como objetivo ensinar os pais a discriminarem seus comportamentos e a realizarem análises funcionais das contingências que atuam na criação e manutenção de comportamentos no contexto familiar. Como discutido por Sidman (2009), a Análise do Comportamento desempenha um papel social ao fornecer uma base teórica e contextualizada para modificar padrões de comportamento culturais voltados para o uso de coerção, contribuindo assim para uma sociedade que respeita os direitos humanos das crianças e desenvolve adultos saudáveis e independentes.

Nem todos os estudos encontrados apresentam sua estrutura de forma organizada e com aspectos essenciais de forma clara, em especial os capítulos da coleção “Sobre Comportamento e Cognição”, que pecam em apresentar detalhes e informações acerca dos instrumentos utilizados, o modo de aplicação das etapas e os resultados encontrados. Isto se deve muito provavelmente em virtude das revistas exigirem um rigor científico maior do que a publicação em livros. Outro aspecto complicador foi à quantidade de publicação sobre o tema a partir da perspectiva da Análise do Comportamento: esta ausência cria espaço para a utilização de termos que não priorizam a função do comportamento, e sim a sua topografia, por exemplo, notou-se o uso de palavras como “comportamentos internalizantes” e “comportamentos externalizantes”, o que pode prejudicar a descrição apropriada do comportamento e de sua análise.

Nota-se que a maioria dos estudos ocorreram em ambientes de clínicas-escola, mas sem especificar de quais universidades, com quatro trabalhos da autora Bolsoni-Silva em colaboração com outros autores. Estes dados mostram a realidade do contexto acadêmico com

suas especificidades, desse modo sugere-se em trabalhos futuros pesquisar junto aos psicólogos clínicos em atuação com o público infanto-juvenil o uso da estratégia do treino de pais, visto ser referida na literatura como um recurso útil no ensino de habilidades educativas parentais e facilitadora do processo de generalização.

O estudo deste tema contribui para a apresentação de formas alternativas de ensino e disciplina, combatendo a ideia geral do uso da punição como algo inevitável e natural. Seus participantes conseguiram entender por que as utilizam, os problemas que acarretam, se percebem como agentes na sua criação e manutenção, e trabalham em conjunto com os membros da família novos padrões de relacionamento. A busca de intervenções como essas vem do desejo de contribuir no desenvolvimento de uma educação não-coercitiva, e conseqüentemente, em uma mudança em nossa sociedade, onde se priorize o uso de reforçadores positivos.

Mais do que apenas proibir o uso de violência na educação parental através de leis, o trabalho produzido no Brasil a respeito do uso de Treinamentos de Pais pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas que mostrem como educar sem palmadas ou qualquer outra forma de violência naturalizada. Este modelo de intervenção pode possibilitar a criação de uma geração que busque práticas não-coercitivas em todas as demais áreas em que atue, contribuindo para uma mudança cultural significativa nas relações sociais. Levando-se em consideração esses aspectos, é importante que mais publicações sejam desenvolvidas na área, atentando para os detalhes procedimentais e metodológicos de sua elaboração, visando assim sua implementação em outros contextos e comunidades, assim como as contribuições possíveis da Análise do Comportamento nesse processo.

## REFERÊNCIAS

- ACHENBACH, T. M.; EDELBROCK, C. S. The Child Behavior Profile II: boys aged 12-16 and girls aged 6-11 and 12-16. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Bethesda, v. 47, n. 2, p. 223-233, jan. 1979.
- ALVARENGA, P.; WEBER, L. N. D.; BOLSONI-SILVA, A. T. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 4-21, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/827/456>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- AMARAL, A. E. V. et al. Serviços de Psicologia em Clínicas-Escola: Revisão de Literatura. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 37-52, jan. 2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432012000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100005)>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. 5ªed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BAUMRIND, D. Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. **Child Development**, Berkeley, v. 37, n. 4, p.887-907, jan. 1966.
- BOLSONI-SILVA, A. T.; BORELLI, L. M. Treinamento de Habilidades Sociais Educativas Parentais: Comparação de Procedimentos a partir do Tempo de Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.36-58, 1 abr. 2012.
- BOLSONI-SILVA, A. T.; SILVEIRA, F. F.; MARTURANO, E. M. Promovendo habilidades sociais educativas parentais na prevenção de problemas de comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [s.l.], v. 10, n. 2, p.125-142, 31 dez. 1969. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/182/151>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n. 64, p.31-39, jan.-mar. 2011
- BORTOLINI, M.; ANDRETTA, I. Práticas parentais coercitivas e as repercussões nos problemas de comportamento dos filhos. **Psicologia Argumento**, v.31, n.73, 2013. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=7830&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 5 jan. de 2016.
- BRASIL. Lei n. 13.010, de 26 de jun. de 2014. **Lei Menino Bernardo**. Brasília, DF, jun 2014
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Viva – Vigilância de Violências e Acidentes: 2013 e 2014**. Brasília: Ministério da Saúde, p.165-177. 2017.

CECCONELLO, A. M.; ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, p. 45-54, jan. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722003000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722003000300007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 nov. 2018.

COELHO, M. V.; MURTA, S. G. Treinamento de pais em grupo: um relato de experiência. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 333-341, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2007000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 jan. 2016.

DAMIANI, C. C.; COLOSSI, P. M. A Ausência Física e Afetiva do Pai na Percepção dos Filhos Adultos. **Pensando Famílias**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 86-101, dez. 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200008)>. Acesso em: 12 nov. 2018.

DARLING, N.; STEINBERG, L. Parenting style as a context: an integrative model. **Psychological. Bulletin**, v. 113, n. 3, p. 487-496, 1993.

DATAFOLHA. “54% dos brasileiros são contra a lei da palmada”. Datafolha, 22 jun. 2010. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/07/1223479-54-dos-brasileiros-sao-contr-a-lei-da-palmada.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2018,

DELITTI, M. Terapia analítico comportamental em grupo. In: DELITTI, M.; DERDYK, P. (org). **Terapia Analítico-Comportamental em Grupo**. Santo André, SP, v. n., p.31-58; ESETec Editores Associados, 2008.

ELGAR, F. J. et al. Corporal punishment bans and physical fighting in adolescents: an ecological study of 88 countries. **BMJ Open**, [s.l.], v. 8, n. 9, p.1-8, set. 2018. Disponível em: <<https://bmjopen.bmj.com/content/8/9/e021616>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

EMIDIO, L. A. S.; RIBEIRO, M. R.; FARIAS, A. K. C. R. de. Terapia infantil e treino de pais em um caso de agressividade. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Campinas - SP, v. 11, n. 2, p. 366-385, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/410/304>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. '**Sem pôr limites, teremos crianças mimadas**', diz Feliciano sobre '**Lei da Palmada**'. 06 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1465289-sem-por-limites-teremos-criancas-mimadas-diz-feliciano-sobre-lei-da-palmada.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

FOREHAND, R.; ATKESON, B. M. Generality of treatment effects with parents as therapists: A review of assessment and implementation procedures. **Behavior Therapy**, [s.l.], v. 8, n. 4, p.575-593, set. 1977.

FRANZIN, L. C. H. et al. Violência e maus-tratos na infância e adolescência. **Uningá Review**, Paraná, v. 16, p.05-14, 15 set. 2013. Disponível em: <[http://www.mastereditora.com.br/periodico/20131201\\_210922.pdf](http://www.mastereditora.com.br/periodico/20131201_210922.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

GALLO, A. E. et al. Intervenção em grupo para ensino de Práticas Parentais a mães de crianças com problemas de comportamento. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, Londrina, v. 6, n. 2, p.187-202, dez. 2010.

GOMEZ, V. R. V, BAZON, M. R. Associação entre indicadores de maus tratos infantis e presença de problemas desenvolvimentais em crianças em início de escolarização. **Journal of Human Growth and Development**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 214-220, fev. 2014.

GOMIDE, P. I. C. Estilos parentais e comportamento antissocial. In: DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. (Orgs.). **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem**: questões conceituais, avaliação e intervenção. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2003. cap. 1, p.21-60.

GOMIDE, P. I. C. **Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

INGBERMAN, Y. K. Terapia comportamental com famílias. In: DELITTI, M. (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição**: A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental. v. 2. São Paulo: Arbytes Editora Ltda., 1997. Cap. 27. p. 230-236.

KANAMOTA, P. F. C.; BOLSONI-SILVA, A. T.; KANAMOTA, J. S. V. Efeitos do programa Promove-Pais, uma terapia comportamental aplicada a cuidadoras de adolescentes com problemas de comportamento. **Acta Comportamentalia**, Veracruz, México, v. 25, n. 2, p. 197-214, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/60154/53055>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LAMBERTUCCI, M. Avaliação da efetividade terapêutica de um programa de treinamento de pais em uma comunidade carente de Belo Horizonte. **Contextos Clínicos**, [s.l.], v. 1, n. 2, p.106-112, 30 dez. 2008.

LOHR, S. S. Estilos Parentais e desenvolvimento de habilidades sociais. In: BRANDÃO, M. Z. S et al (Orgs.). **Sobre Comportamento e Cognição**: a história e os avanços, a seleção por consequências em ação. Santo André: ESEtec Editores Associados, 2003. v.11. cap. 42, p. 476-482.

LOHR. S.S.; SILVARES, E.F. M. Clínica escola: integração da formação acadêmica com as necessidades da comunidade. In: SILVARES, E.F. M. (org). **Atendimento psicológico em clínicas escola**. Campinas: Editora Alínea, 2006. cap. 1, p. 11-22.

LUBI, A. P. L. Estilo Parental e comportamento socialmente habilidoso da criança com pares. In: BRANDÃO, M. Z. S et al (Orgs.). **Sobre Comportamento e Cognição**: a história e os avanços, a seleção por consequências em ação. Santo André: ESEtec Editores Associados, 2003. v.11. cap. 47, p. 536-541.

MACARINI, S. M. et al. Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 119-134, abr. 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672010000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 abr. 2018.

MARAVIESKI, S.; SERRALTA, F. B. Características clínicas e sociodemográficas da clientela atendida em uma clínica-escola de Psicologia. **Temas em Psicologia**, Canoas, Rs, v. 19, n. 2, p.481-490, jan. 2011.

MARINHO, M. L. Intervenção comportamental para pais e crianças em clínica-escola: efetividade, limitações e prevenção contra desistência. In: KERBAUY, R. R. (org.). **Sobre Comportamento e Cognição: Conceitos, pesquisa e aplicação, a ênfase no ensinar, na emoção e no questionamento clínico**. v. 5. 1º ed. Santo André, SP: 2000. cap. 29, p. 247-256

MARINHO, M. L.; SILVARES, E. F. M. Modelos de orientação a pais de crianças com queixas diversificadas. In: WIELENSKA, R. C. (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição: Questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos**. 6. ed. Santo André: Esetec, 2001. Cap. 21. p. 165-178.

MARTINS, C. B. G.; JORGE, M. H. P. M. Negligência e abandono de crianças e adolescentes: análise dos casos notificados em município do Paraná, Brasil. **Pediatria (São Paulo)**, São Paulo, v. 31, n. 3, p.186-197, jan. 2009.

MATSON, J. L.; MAHAN, S.; LOVULLO, S. V. Parent training: A review of methods for children with developmental disabilities. **Research in Developmental Disabilities**, [s.l.], v. 30, n. 5, p.961-968, set. 2009.

MCMAHON, R. J. Treinamento de Pais. In: CABALLO, V. E. **Manual de Técnicas de Terapia e Modificação do Comportamento**. São Paulo: Livraria Santos, 1996. Cap. 19. p. 399-422.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. Aprendizagem pelas consequências: o controle aversivo. In: MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. de. **Manual de Técnicas de Terapia e Modificação do Comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007. cap. 4, p. 63-84.

MOURA, C. B. et al. Efeitos dos procedimentos de videofeedback e modelação em vídeo na mudança de comportamentos maternos. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, S.l, v. 9, n. 1, p.115-128, jan. 2007.

NAVES, A. R. C. X.; VASCONCELOS, L. A. O estudo da família: contingências e metacontingências. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, S.l, v. 4, n. 1, p.13-25, jan. 2008.

NOGUEIRA, S. C. et al. Práticas Educativas de mães de bebês: efeitos de um programa de intervenção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 4, p.599-607, out. 2013.

OLIVARES, J.; MENDEZ, F. X.; ROS, M. C. Uma estratégia de intervenção comportamental familiar em níveis múltiplos para a prevenção e tratamento dos problemas de comportamento infantis. In: CABALLO; SIMON (Org.). **Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: transtornos específicos**. São Paulo: Livraria Santos, 2005. p. 387-416.

OLIVEIRA, J. M.; ALVARENGA, P. Efeitos de uma intervenção com foco nas práticas de socialização parentais sobre os problemas internalizantes na infância. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, S.l, v. 17, n. 2, p.16-32, jan. 2015.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre a violência e saúde**. Genebra: WHO; 2002. Disponível em <<http://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em 11 dez. 2015.

PASIAN, M. S. et al. Negligência Infantil: A Modalidade Mais Recorrente de Maus-Tratos. **Pensando Famílias**, S.l, v. 17, n. 2, p.61-70, dez. 2013.

PINHEIRO, M. I. S.; HAASE, V. G.; DEL PRETTE, A.; AMARANTE, C. L. D.; DEL PRETTE, Z. A. P. Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. vol.19 no.3 Porto Alegre, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722006000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000300009)>. Acesso em: 10 dez. 2015

RIBEIRO, F. B. Governo dos adultos, governo das crianças Agentes, práticas e discursos a partir da “lei da palmada”. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 13, núm. 2, maio-agosto, 2013, p. 292-308. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

ROCHA, G. V. M. Interação pais e filhos: a observação como instrumento para identificar práticas parentais. In: BRANDÃO, M. Z. S et al (Orgs.). **Sobre Comportamento e Cognição: a história e os avanços, a seleção por consequências em ação**. Santo André: ESEtec Editores Associados, 2003. v.11. cap. 46, p. 527-535.

ROCHA, M. M.; BRANDÃO, M. Z. S. A importância do autoconhecimento dos pais na análise e modificação de suas interações com os filhos. In: DELITTI, M. (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição: A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental**. v. 2. São Paulo: Arbytes Editora Ltda., 1997. cap. 15, p. 137-146.

ROCHA, M. M.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Avaliação de um programa de habilidades sociais educativas para mães de crianças com TDAH. **Acta Comportamentalia**. v. 21, n. 3, p. 359-375, 2013.

SANTOS, F. A. **Relembre as maiores surras das novelas**. 2014. Disponível em: <<http://contamais.com.br/novelas/relembre-as-maiores-surras-das-novelas/17251>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Campinas: Editora Livro Pleno, 2009. 300p.

SILVA, A. M.; MENDES, E. G. **Efeitos da Consultoria Colaborativa com familiares na prevenção de problemas comportamentais infantis**. *Psicologia Argumento*, [s.l.], v. 31, n. 339, p.697-707, 2013.

SILVARES, E. F. M. O Modelo Triádico no Contexto de Terapia Comportamental com Famílias. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, S.l, v. 11, n. 3, p.235-241, dez. 1995.

\_\_\_\_\_. **Terapia comportamental com famílias de crianças agressivas: porque, quando e como**. 10. ed. São Paulo: Paidéia, 2000. 300 p.

SOARES, Maria Rita Zoéga; SOUZA, Sílvia Regina; MARINHO, Maria Luiza. Envolvimento dos pais: incentivo à habilidade de estudo em crianças. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 3, p.253-260, dez. 2004.

SOUSA, G. C. B.; GOMIDE, P. I. C. Adolescentes em conflito com a lei: uma proposta de intervenção sobre as práticas educativas maternas. In: GUILHARDI, H. J.; AGUIRRE, N. C. de (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição**: Expondo a variabilidade. S.l: Esetec, 2005. Cap. 21. p. 210-225.

TOLEDO, P. M. H.; COSER, D. S. Treinamento para pais de adolescentes: aprendendo conceitos comportamentais e práticas parentais para atuar na fase da adolescência. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Mogi Guaçu, v. 17, n. 3, p.38-54, jan. 2015.

VELASQUEZ, R. et al. O treinamento de pais e cuidadores: ensinando a educar e promovendo a saúde mental. **Revista de Medicina de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 182-188, 2010.

WEBER, L. N. D.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. O uso de palmadas e surras como prática educativa. **Estud. psicol.**, Natal, v. 9, n. 2, p. 227-237, ago. 2004. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413294X2004000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2004000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Estilos Parentais e desenvolvimento da criança e do adolescente à palmadas e surras: ontem, hoje e amanhã. In: BRANDÃO, M. Z. S et al (Orgs.). **Sobre Comportamento e Cognição**: a história e os avanços, a seleção por consequências em ação. 1º ed. Santo André, SP: ESEtec Editores Associados, 2003. v.11. cap. 44, p. 499-511.

ZAZULA, Robson; HAYDU, Verônica Bender. Análise aplicada do comportamento e capacitação de pais: Revisão dos de artigos publicados pelo Journal of Applied Behavior Analysis. *Acta Comportamental*, Guadalajara, v. 20, n. 1, p. 87-107, 2012. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-81452012000100007&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452012000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2018.